

SOI  
2024

# GUIA ACESSÍVEL

Tribunal Penal Internacional - TPI



**UNIÃO NORTE-RIOGRANDENSE DOS ESTUDANTES DE  
DIREITO INTERNACIONAL  
SIMULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS - SOI  
TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL**

**PROFESSORES COORDENADORES:** Diogo Pignataro de Oliveira

**PROFESSOR COORDENADOR-ADJUNTO:** Thiago Oliveira Moreira

**DIRETORIA UNEDI**

- **Secretário-Geral:** José Carlos Sobrinho Neto
- **Vice-Secretário-Geral:** Juliana Anita Macêdo Pereira de Paula
- **Primeiro-Secretário:** Pâmela Araújo Xavier de Paiva
- **Segunda-Secretária:** Maria Antônia de Souza Ferreira
- **Primeira-Tesoureira:** Renata Briolanja Araújo Xavier
- **Segunda-Tesoureira:** Ana Isabel Fernandes Sousa

**DIRETORIA DO TPI**

- **Diretoras Acadêmicas:** Hanna Letícia Dantas da Silva e Letícia Viana de Carvalho Lima.
- **Diretores Assistentes:** Ana Clara Gomes de Oliveira, Beatriz Lucena Maia Araújo, Gabriel Nascimento Moura, Isaac Ferreira Costa Paulino de Oliveira, Luiza Costa Borges e Maria Letícia Costa Ribeiro.
- **Tutora:** Kívia Raíssa Florêncio de Mendonça

**Natal, Rio Grande do Norte, 2024.**

## **SOBRE OS AUTORES**

Ana Clara Gomes, 20 anos, graduanda em Direito pela UNI-RN, cursando o 6º período. Em 2023, foi Diretora Assistente no comitê jurídico universitário Corte Interamericana de Direitos Humanos, da XXII SOI. Atualmente é Diretora Assistente do Tribunal Penal Internacional, comitê jurídico universitário, e monitora da disciplina de Introdução ao Estudo do Direito.

Beatriz Lucena Maia Araújo, 21 anos, graduanda em Direito pela UFRN, cursando atualmente o 5º período. Em 2022, teve a sua primeira experiência em simulação de organizações internacionais na XXI SOI, no comitê político Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e em 2023, no comitê jurídico Corte Interamericana de Direitos Humanos, na XXII SOI. Atualmente, é Diretora Assistente do Tribunal Penal Internacional (TPI), comitê jurídico universitário.

Gabriel Nascimento Moura, 23 anos, graduado em Direito pela UFRN, cursando o 7º período. Em 2023, teve sua primeira experiência no modelo de simulações internacionais como delegado representante da Organização Sionista na Conferência de Paz de Paris (CPP) na XXII SOI. Atualmente, é Diretor Assistente do Tribunal Penal Internacional, comitê jurídico universitário da XXIII SOI, bem como membro do conselho editorial da Revista In Verbis, da UFRN.

Hanna Letícia Dantas da Silva, 21 anos, graduanda em Direito pela UFRN, cursando o 8º período. Em 2019, teve sua primeira experiência no modelo de simulações de organizações internacionais como delegada na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na XIX SOI. Após, em 2021, simulou como delegada na Corte Interamericana de Direitos Humanos na XX

SOI. Em 2023, foi Diretora Assistente no comitê jurídico para ensino médio, Tribunal Penal Internacional para o Ruanda (TPIR), da XXII SOI. Atualmente, é Diretora Acadêmica do Tribunal Penal Internacional, comitê jurídico universitário da XXIII SOI.

Isaac Ferreira Costa Paulino de Oliveira, 23 anos, graduando em Direito pela UNI-RN, cursando o 6º período. Atualmente, é Diretor Assistente no Tribunal Penal Internacional, comitê jurídico universitário da XXIII SOI.

Kívia Raíssa Florêncio de Mendonça, graduada em Direito pela UFRN, com colação de grau em 2022, pós-graduada em Direito Constitucional pela Associação Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst).

Simulou na Mini SOI pela primeira vez em 2013, quando cursava o ensino médio. Simulou na SOI Universitária em 2016 e 2017, ingressando no corpo de diretores no final de 2017 como diretora acadêmica da Corte Interamericana de Direitos Humanos da SOI XVIII e, em 2019, foi diretora acadêmica do Tribunal Penal Internacional na edição XIX da SOI. Em 2021, na edição online da SOI, atuou como tutora da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em 2022, foi tutora da Corte Distrital de Jerusalém e, em 2024, integra o Tribunal Penal Internacional novamente como tutora.

Letícia Viana de Carvalho Lima, 23 anos, graduanda em Direito pela UFRN cursando o 8º período. Em 2021, teve sua primeira experiência no modelo de simulações de organizações internacionais como delegada na Corte Interamericana de Direitos Humanos na XX SOI. Após, em 2022, simulou como delegada no comitê do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), na XXI SOI. Em 2023, foi Diretora Assistente no comitê jurídico universitário Corte Interamericana de Direitos Humanos, da XXII SOI. Atualmente, é Diretora Acadêmica do Tribunal Penal Internacional, comitê jurídico

universitário, e membro do conselho editorial da Revista FIDES, da UFRN.

Luiza Costa Borges, 21 anos, graduanda em Direito pela UFRN, cursando o 7º período. Em 2023, teve sua primeira experiência no modelo de simulações de organizações internacionais como Diretora Assistente no comitê jurídico para ensino médio Tribunal Penal Internacional para o Ruanda (TPIR), da XXII SOI. Atualmente, é Diretora Assistente do Tribunal Penal Internacional, comitê jurídico universitário da XXIII SOI, bem como membro do conselho editorial da Revista In Verbis, da UFRN.

Maria Letícia Costa Ribeiro, 19 anos, graduanda em Direito pela UFRN, cursando o 4º período. Atualmente, é Diretora Assistente do Tribunal Penal Internacional, comitê jurídico universitário.

## RESUMO

O presente Guia de Estudos tem como finalidade a exposição do conteúdo necessário para desenvolver os conhecimentos a serem utilizados pelos delegados simulantes no decorrer da Simulação de Organizações Internacionais (SOI). Para isso, faz-se necessário, inicialmente, um estudo acerca do Direito Internacional e dos seus mecanismos de responsabilização de seus sujeitos, bem como o estudo histórico do surgimento do Estatuto de Roma, documento responsável pela criação do Tribunal Penal Internacional. Em seguida, há de se expor as características e peculiaridades da corte a ser simulada, sua função e sua composição interna, a fim de que todos os seus procedimentos sejam devidamente compreendidos para o funcionamento da simulação. Por fim, há de se analisar todos os contextos históricos e factuais que permeiam ambos os casos, desde aquilo que concerne aos Estados que estão inseridos em cada conflito abordado até todo o histórico de vida dos réus deste Tribunal Penal. Nesse sentido, o texto proposto por este Guia se desenvolve com o intuito de auxiliar os delegados a obter uma profunda compreensão acerca dos fatos e procedimentos que ocasionaram o julgamento de cada indivíduo perante esta corte. Assim, conclui-se, também, a relevância do TPI enquanto instituto jurídico de garantia da perpetuação do funcionamento dos direitos humanos a nível universal, o que, por si só, já justifica a importância do estudo acerca do seu funcionamento.

**Palavras-chave:** Tribunal Penal Internacional; Direito Internacional; Direitos Humanos; Crimes de guerra; Chefes de Estado.

## ÍNDICE DE ABREVIATURAS

AAP - Acordo de Paz Abrangente

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

EUA - Estados Unidos da América

JEM - Movimento Justiça e Igualdade

KGB - Komitet Gosudarstveno Bezopasnosti (Comitê de Segurança do Estado)

NCP - Partido do Congresso Nacional

NIF - Frente Nacional Islâmica

ONU - Organização das Nações Unidas

OSCE - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

OUN - Organização dos Nacionalistas Ucrrianos

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

RCC - Conselho do Comando Revolucionário para Salvação Nacional

SFB - Serviço Federal de Segurança

SLM - Movimento de Libertação do Sudão

SOI - Simulação de Organizações Internacionais

SPLM/A - Movimento Popular de Libertação do Sudão

SWIFT - Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication

TPI - Tribunal Penal Internacional

TPIR - Tribunal Penal Internacional para o Ruanda

TPIY - Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia

UE - União Europeia

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>SISTEMA DE RESPONSABILIZAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL</b>	<b>12</b>
2.1.	Contexto de criação do Estatuto de Roma	14
2.2.	O TPI e suas principais características	21
2.3.	Competências do Tribunal Penal Internacional	26
2.4.	Estrutura interna	27
2.4.1.	Secretaria	28
2.4.3.	Promotoria	29
2.4.4.	Presidência	30
2.4.5.	Câmaras de Julgamento	31
<b>3</b>	<b>PROCESSO DE ADMISSIBILIDADE</b>	<b>33</b>
<b>4</b>	<b>CASO A: PROMOTORIA VS. VLADIMIR PUTIN</b>	<b>38</b>
4.1.	Contexto regional e histórico da Rússia e da Ucrânia	38
4.1.1.	Contexto Histórico da Rússia	39
4.1.2.	Contexto Histórico da Ucrânia	55
4.2.	O CONFLITO RÚSSIA X UCRÂNIA;	62
4.2.1.	Repercussão externa	68
4.3.	DA VIDA DE VLADIMIR PUTIN	69
4.3.1.	Caminhos políticos	70
4.3.2.	Vida militar	71
4.3.3.	Biografia	71
<b>5</b>	<b>CASO B: PROMOTORIA VS. OMAR AL-BASHIR</b>	<b>73</b>
5.1.	Contexto regional e histórico do Sudão	73
5.2.	Da vida de Omar Al-Bashir	80
5.2.1.	Breve biografia	80
5.2.2.	Vida militar	81
5.2.3.	Caminhos políticos	82

5.3. Da guerra civil sudanesa .....	84
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>91</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>93</b>

# 1 INTRODUÇÃO

A partir da compreensão de que os direitos humanos são parte fundamental, não somente para o ordenamento interno, mas para toda a humanidade, é de suma importância compreender o papel de cada representante no que diz respeito à sua proteção. Assim, depreende-se que a sua preservação é objetivo central comum de todo o funcionamento do direito internacional.

Com o objetivo de debater tal temática, a Simulação de Organizações Internacionais (SOI), em sua vigésima terceira edição, traz o julgamento fictício, por meio do Tribunal Penal Internacional, de dois casos de ampla notoriedade a respeito do papel dos chefes de Estado no contexto dos direitos humanos, quais sejam: Caso A - Promotoria vs. Vladimir Putin e Caso B - Promotoria vs. Omar Al-Bashir.

Nesse sentido, o presente guia tem a finalidade de auxiliar os delegados a construir uma base de conhecimento e de informações acerca da temática trazida pelo comitê a ser simulado. Assim, a seguir estão algumas informações essenciais ao entendimento dos fatos em apreço, as especificidades do Tribunal Penal Internacional enquanto órgão jurisdicional, bem como dados que servirão de base para a construção argumentativa daqueles que figurem enquanto pólos passivos ou ativos em cada julgamento simulado. Dessa forma, o trabalho tem como objetivo promover o direcionamento dos participantes deste comitê, a fim de que tenham a maior familiaridade possível com as características presentes em cada caso escolhido, o que tornará a simulação o mais verossímil possível.

É válido ressaltar que cabe aos delegados simulantes neste comitê a responsabilidade de aferir ou extinguir a culpa dos réus aqui retratados

acerca das acusações apresentadas, tendo como base a devida argumentação jurídica, a ser exposta no decorrer da simulação, bem como as devidas peças processuais exigidas ao julgamento.

Assim, a fim de garantir a verossimilhança da simulação, em todas as posições a serem desempenhadas pelos delegados, há a necessidade da produção de peças jurídicas no período que antecede os dias da SOI, e – com relação aos juízes – a elaboração da sentença ao fim da simulação.

Ademais, ressalta-se a necessidade dos delegados buscarem maiores aprofundamentos, de forma autônoma – em conjunto com suas equipes – no que tange às pesquisas acerca dos temas tratados pelo comitê, com o objetivo de que sejam capazes de elaborar argumentos em defesa do respectivo posicionamento de sua posição no julgamento. Para isso, eles contarão com a ajuda dos diretores, os quais desempenharão a função de tutores junto aos delegados, de modo a orientá-los em todos os momentos da simulação, inclusive durante a produção das peças jurídicas prévias. Embora os tutores estejam presentes na função de orientadores durante o processo, a atuação propriamente dita ao longo da simulação é reservada aos delegados.

## 2 SISTEMA DE RESPONSABILIZAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

Antes de adentrar no estudo sobre o indivíduo como sujeito a nível internacional, a fim de que haja uma melhor compreensão desse sistema jurídico, é necessária uma breve análise acerca da responsabilidade dos Estados em tal contexto, a qual rege as relações entre os sujeitos de Direito Internacional. Dessa forma, permite-se uma responsabilização e um dever de cumprimento no que tange às normas internacionais.

A esse respeito, há de se destacar que a responsabilização sobre os sujeitos das relações jurídicas é uma característica inerente ao Estado de Direito, diferentemente do que se observava nos Estados Absolutistas, nos quais se perpetuava a máxima de que o monarca não cometeria nenhum erro.<sup>1</sup> Assim, após o rompimento com tal regime, uma característica do modelo de Estado atual é de sua responsabilização jurídica em diversos meios, dentre eles, o internacional, que consiste no seu dever de responder pela falha no cumprimento de normas ou obrigações internacionais.<sup>2</sup> Sobre isso, a doutrina contemporânea reconhece não somente Estados enquanto sujeitos de direito internacional, mas também Organizações e indivíduos.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. São Paulo, Método, 2009

<sup>2</sup> GAMA, Marina Faraco Lacerda. **Responsabilidade internacional**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Internacional. Cláudio Finkelstein, Clarisse Laupman Ferraz Lima (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: **Enciclopédia Jurídica da PUC-SP**. Acesso em: 20 mar. 2024.

<sup>3</sup> *Ibidem*.

Nesse sentido, os sujeitos de Direito Internacional, uma vez que são capazes de obter direitos e contrair obrigações, estão submetidos ao corpo de regras que rege a jurisdição internacional, embora existam variados instrumentos de responsabilização para cada natureza de sujeito de direito.<sup>4</sup> Conforme será visto, uma das formas para efetuar a responsabilização de indivíduos enquanto pessoas de direito internacional é a atuação do Tribunal Penal Internacional, cujo funcionamento será explanado no decorrer deste guia.

Assim, evidencia-se a noção de que a responsabilização internacional decorre da falha no cumprimento com as normas e preceitos aos quais o sujeito está submetido no âmbito internacional. Isso remonta ao princípio clássico do direito, *Pacta Sunt Servanda*, o qual define que o sujeito de direito deverá cumprir com as obrigações acordadas. Nesse viés, destaca-se que negar a existência de uma responsabilidade no meio internacional seria o mesmo que negar o próprio caráter jurídico de tal norma.<sup>5</sup>

Ainda nesse aspecto, há um conjunto de regras que norteiam a responsabilidade internacional, com o objetivo de concluir se há ou não a presença de uma necessidade de responsabilização. A partir da verificação de determinados atributos, será possível identificar a sua existência ou não:

De fato, deve ser constatado uma violação do direito internacional (§ 1), imputável a um sujeito de direito internacional (§ 2), tendo causado um prejuízo (§ 3) a um outro sujeito do direito internacional, a vítima (§ 4). Reunidos esses elementos da

---

<sup>4</sup> ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G.E do Nascimento e; CASELLA, Paulo. **Manual de Direito Internacional Público**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

<sup>5</sup> ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G.E do Nascimento e; CASELLA, Paulo. **Manual de Direito Internacional Público**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

responsabilidade internacional, a vítima está no seu direito de exigir uma reparação (§ 5). (BICHARA, CARREAU, 2021, p. 553).<sup>6</sup>

Assim, é possível destacar como principal característica a ser analisada para que haja uma responsabilização internacional é a de que haja uma violação de um direito, a qual tenha causado prejuízo a outro sujeito, também com personalidade jurídica internacional. Nesse viés, ao considerar um indivíduo como sujeito de direito nesse âmbito, a partir do momento que haja uma violação de direitos exercida por ele, caberá a aplicação de medidas de responsabilização. Para tanto, a esfera criminal internacional conta com o funcionamento do Tribunal Penal Internacional para a análise da responsabilidade individual perante os direitos humanos, os quais figuram como importantes obrigações de direito universal.

## 2.1. Contexto de criação do Estatuto de Roma

Os períodos seguintes à Revolução Francesa<sup>7</sup> – ocorrida no final do século XVIII e que marcou o surgimento do Estado Moderno –, foram palco para a ocorrência de diversos conflitos causados pelas disputas de interesses políticos em escala global, sobretudo nos séculos XIX e XX. Desse modo, passa a haver esforços voltados a utilizar o Direito Internacional como ferramenta de paz entre as nações, uma vez que seria o instituto universal para as discussões e soluções de divergências.

---

<sup>6</sup> BICHARA, Jahyr-Philippe; CARREAU, Dominique. **Direito Internacional**. Paris: A. Pedone, 2021.

<sup>7</sup> CORRADINI, Raphael. **Revolução Francesa: etapas, causas e consequências**. 2019. Disponível em: **Politize**. Acesso em: 08 mar. 2024.

A partir disso, foram realizadas várias convenções e elaborações de tratados, com o intuito de reconhecer a ilicitude de certos comportamentos, como foi o caso da Convenção de Genebra de 1864<sup>8</sup>, a Declaração de São Petersburgo de 1868<sup>9</sup> e as duas Convenções de Paz em Haia, ocorridas em 1899<sup>10</sup> e 1907<sup>11</sup>. No âmbito de tais reuniões e pactos, havia a intenção de prevenir guerras e disciplinar a condução de situações de hostilidades entre os países<sup>12</sup>, foi a partir de tais convenções que foi implementado o conceito de direito humanitário internacional.

Nesse contexto, a ideia de soberania estatal absoluta — que considerava os Estados como únicos sujeitos de direito internacional — foi afastada, em detrimento da ideia de que os indivíduos também possuem tal capacidade. Assim, surge a noção de responsabilização individual internacional, a partir da qual se entende o papel das pessoas enquanto sujeitos que devem salvaguardar os direitos fundamentais.<sup>13</sup>

Porém, foi apenas após a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) que ocorreu a consolidação do Direito Internacional dos Direitos Humanos. A

---

<sup>8</sup> Pacto internacional com o objetivo de melhorar as condições de atendimento aos feridos e prisioneiros de guerra.

<sup>9</sup> Primeiro instrumento internacional que introduziu regulamentações nos meios e métodos de combate.

<sup>10</sup> Tratado que criou limitações nos meios e métodos de combate, bem como regulamentou a ação da Cruz Vermelha.

<sup>11</sup> Como o tratado anterior, também tinha como objetivo evitar ou amenizar os conflitos entre países.

<sup>12</sup> BRIDJE, Instituto. **Conferências da Paz de Haia: entenda o que aconteceu!** 2021. Disponível em: **Politize**. Acesso em: 08 mar. 2024.

<sup>13</sup> MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos Humanos, Cidadania e Educação. Uma nova concepção introduzida pela Constituição Federal de 1988.** Disponível em: **Ministério Público de São Paulo**. Acesso em: 08 mar. 2024.

partir das atrocidades vivenciadas pela humanidade nesse período, os tratados internacionais com vistas à proteção dos direitos humanos passaram a criar obrigações e responsabilidades aos Estados, no sentido de efetivar tais garantias.<sup>14</sup>

Um grande marco para o início de tal objetivo foi a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. A reunião, composta por 21 países, produziu o documento que ficou conhecido como Carta da ONU, na qual está expresso o dever dos povos em preservar as futuras gerações dos males da guerra.<sup>15</sup> Sobre isso, dispõe o preâmbulo do referido documento:

NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS a **preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra**, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e **a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos**, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.

E para tais fins praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para **manter a paz e a segurança internacionais**, e a garantir, pela **aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos.**

Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução desses objetivos.

Em vista disso, nossos respectivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que

---

<sup>14</sup> *Ibidem.*

<sup>15</sup> ONU. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: **Carta das Nações Unidas**. Acesso em: 08 mar. 2024.

foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas.<sup>16</sup>(Grifos nossos).

Ainda nesse período, como resposta ao Holocausto, por meio do Acordo de Londres de 1945 é criado o Tribunal de Nuremberg, o qual representou um importante avanço no processo de internacionalização dos direitos humanos. Esse tribunal foi criado com o intuito de processar e julgar os acusados de colaboração com o regime nazista, responsável pelo Holocausto.<sup>17</sup>

No âmbito do acordo que originou tal tribunal *ad hoc*<sup>18</sup>, foram tipificados os crimes de sua competência, quais sejam: crimes contra a paz, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. Esse foi o primeiro tribunal internacional com competência para o julgamento de indivíduos enquanto sujeitos de direito internacional. Posteriormente, houve também a criação do Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente, instituído com o objetivo de julgar crimes de guerra e contra a humanidade causados pelas antigas autoridades do Japão imperial.<sup>19</sup>

Já no final do século XX, outros dois tribunais de exceção foram criados para julgamentos criminais no âmbito internacional. O primeiro deles, o Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia (TPIY), foi criado em 1993, com a finalidade de apreciar os eventos no conflito dos Balcãs, durante a década de 1990.<sup>20</sup>

---

<sup>16</sup> Ibidem

<sup>17</sup> MAZZUOLI, Valério de Oliveira. O Tribunal Penal Internacional: integração ao direito brasileiro e a sua importância para a justiça penal internacional.. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 164, n. 41, p. 157-178, out/dez 2004. Disponível em: **Revista de Informação Legislativa**. Acesso em: 08 mar. 2024.

<sup>18</sup> Tribunal de exceção criado especificamente para julgar um determinado caso.

<sup>19</sup> MAZZUOLI, Valério de Oliveira, 2004. op. cit. p. 159. Acesso em: 08 mar. 2024.

<sup>20</sup> ONU. **Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia**. Disponível em: **Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia**. Acesso em: 08 mar. 2024.

O segundo, o Tribunal Penal Internacional para o Ruanda (TPIR), foi criado em 1995, com o propósito de investigar os crimes ocorridos durante o conflito entre Tutsis e Hutus. O TPIR foi a primeira corte internacional a proferir sentenças contra pessoas responsáveis por genocídio, de modo que também foi a primeira instituição a reconhecer o estupro como forma de perpetrar genocídio.<sup>21</sup>

Os tribunais supracitados tiveram o importante papel de iniciar o estabelecimento de um sistema judicial criminal internacional. Nesse aspecto, a experiência de seus julgamentos permitiu a produção de jurisprudências sobre genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra.<sup>22</sup> Além disso, o TPIR foi o primeiro tribunal a realizar a interpretação da definição de genocídio, estabelecida pela Convenção de Genebra de 1948.<sup>23</sup>

Após a experiência dos tribunais *ad hoc*, notou-se a necessidade de que fosse criada uma corte permanente com capacidade para processar e julgar crimes internacionais. Isso porque, a partir de um instituto fixo para tal função, seria possível a criação de um organismo imparcial e universal para tais julgamentos. Essa perspectiva surgiu, principalmente, após críticas acerca das formas de criação dos tribunais *ad hoc*, uma vez que o Conselho de Segurança, por exemplo, não poderia criar tribunais para julgar crimes cometidos por particulares de seus Estados-membros.<sup>24</sup>

Ademais, a Convenção para Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, de 1948, as quatro Convenções de Genebra sobre o Direito

---

<sup>21</sup> ONU. **The ICTR in Brief**. Disponível em: **Tribunal Penal Internacional para o Ruanda**. Acesso em: 10 mar. 2024.

<sup>22</sup> ONU. **The ICTR in Brief**. Disponível em: **Tribunal Penal Internacional para o Ruanda**. Acesso em: 10 mar. 2024.

<sup>23</sup> CICV. **As Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais**. Disponível em: **Comitê Internacional da Cruz Vermelha**. Acesso em: 10 mar. 2024.

<sup>24</sup> MAZZUOLI, Valério de Oliveira. op. cit. loc. cit.

Humanitário, bem como seus Protocolos Adicionais, de 1977, a Convenção sobre a Imprescritibilidade de Crimes de Guerra e dos Crimes de Lesa-humanidade, de 1968, ensejaram ainda mais a necessidade de criação de uma corte penal internacional permanente. Em resposta a isso, em 1998, é criado o Tribunal Penal Internacional, por meio do Estatuto de Roma.<sup>25</sup>

Firmado em julho de 1998, na Conferência Diplomática de Plenipotenciários das Nações Unidas, o Estatuto de Roma é o tratado responsável pela instituição do Tribunal Penal Internacional.<sup>26</sup> O TPI foi criado com o intuito de constituir a primeira corte com jurisdição criminal internacional permanente, dotado de personalidade jurídica própria, e não subordinada diretamente à ONU. Dessa forma, tais características garantiriam uma maior imparcialidade no julgamento, de modo que não seriam julgados apenas os vencidos ou menos poderosos.<sup>27</sup>

O Estatuto do TPI foi aprovado por 120 Estados, contra apenas 7 votos contrários, quais sejam: China, Estados Unidos, Iêmen, Iraque, Israel, Líbia e Qatar. No entanto, a não assinatura do tratado por tais países acabou por causar uma má repercussão, o que fez com que os EUA e Israel assinassem o documento. Contudo, a ratificação do tratado foi afetada pelos ataques ocorridos em 11 de setembro de 2001, bem como pelas operações de guerra no Afeganistão e na Palestina<sup>28</sup>, o que

---

<sup>25</sup> MAZZUOLI, Valério de Oliveira. O Tribunal Penal Internacional: integração ao direito brasileiro e a sua importância para a justiça penal internacional.. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 164, n. 41, p. 160, out/dez 2004. Disponível em: **Revista de Informação Legislativa**. Acesso em: 10 mar. 2024.

<sup>26</sup> BRASIL. Decreto nº 4388, 25 set. 2002. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. Brasília. Disponível em: **Decreto nº. 2488**. Acesso em: 08 mar. 2024.

<sup>27</sup> MAZZUOLI, Valério de Oliveira, 2004. op. cit. loc. cit.

<sup>28</sup> Período de intervenção militar dos Estados Unidos no Afeganistão e na Palestina, no ano de 2001. Ver mais em: PEREIRA, Carlos Santos. Dez Anos de Guerra no Afeganistão. **Instituto da Defesa Nacional**, [s. l], p. 179-2016, 2011. Disponível em: **Instituto da Defesa Nacional**. Acesso em: 23 mar. 2024.

demonstrou clara violação aos preceitos internacionais. Nesse contexto, em 2002, EUA e Israel notificaram o Secretário-Geral das Nações Unidas de que não iriam ratificar o estatuto do TPI.<sup>29</sup>

Apesar disso, o estatuto que rege o Tribunal Penal Internacional passou a ter validade a partir de julho de 2002. Assim, entra em vigor o funcionamento do TPI, o qual possui uma atuação subsidiária em relação às jurisdições nacionais, ou seja, complementa as medidas tomadas pelos próprios Estados, com os fins de:

Os Estados Partes no presente Estatuto.

[...]

Tendo presente que, no decurso deste século, milhões de crianças, homens e mulheres têm sido vítimas de atrocidades inimagináveis que chocam profundamente a consciência da humanidade,

Reconhecendo que **crimes de uma tal gravidade constituem uma ameaça à paz, à segurança e ao bem-estar da humanidade,**

Afirmando que os crimes de maior gravidade, que afetam a comunidade internacional no seu conjunto, não devem ficar impunes e que a sua repressão deve ser efetivamente assegurada através da adoção de medidas em nível nacional e do reforço da cooperação internacional,

**Decididos a por fim à impunidade dos autores desses crimes e a contribuir assim para a prevenção de tais crimes,**

Relembrando que é **dever de cada Estado exercer a respectiva jurisdição penal sobre os responsáveis por crimes internacionais,**

Reafirmando os Objetivos e Princípios consignados na Carta das Nações Unidas e, em particular, que **todos os Estados se devem abster de recorrer à ameaça ou ao uso da força, contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado,** ou de atuar por qualquer outra forma incompatível com os Objetivos das Nações Unidas,

---

<sup>29</sup> MAZZUOLI, Valério de Oliveira, 2004. op. cit. p. 161.

Salientando, a este propósito, que **nada no presente Estatuto deverá ser entendido como autorizando qualquer Estado Parte a intervir em um conflito armado ou nos assuntos internos de qualquer Estado.** [...] <sup>30</sup> (Grifos nossos).

Dessa forma, inicia-se o funcionamento da primeira instituição universal com competência para processar e julgar crimes de ordem internacional, haja vista o reconhecimento da importância de atentar para tais condutas no sentido de manter a paz entre as nações. Portanto, o TPI tem como objetivo principal preservar as obrigações internacionais essenciais para a segurança de toda a sociedade internacional.

## 2.2. O TPI e suas principais características

A partir de todo o contexto para a criação do Tribunal Penal Internacional exposto anteriormente, nota-se que o objetivo principal desse instituto é o de salvaguardar a dignidade humana, de modo a condenar práticas contrárias a tal direito fundamental. Ademais, outra característica basilar do TPI é a de sua autonomia, sendo um organismo dotado de personalidade jurídica própria e instituído por um tratado específico. Isso se deve ao fato de que sua independência de qualquer outra organização internacional é indispensável à garantia de sua imparcialidade.<sup>31</sup>

Dessa forma, o Tribunal Penal Internacional é um órgão independente da ONU, possuindo com ela apenas uma relação de cooperação, de

---

<sup>30</sup> BRASIL. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.** op. cit. Preâmbulo. Acesso em: 08 mar. 2024.

<sup>31</sup>BRASIL. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.** op. cit. Preâmbulo. Acesso em: 08 mar. 2024.

modo que são estabelecidos entre eles apenas trocas de informações.<sup>32</sup> Além disso, também possui uma ligação com o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), uma vez que há a possibilidade do CSNU remeter situações para apreciação do TPI, bem como de adiar qualquer inquérito instaurado pelo Tribunal.<sup>33</sup>

Acerca da atuação do Tribunal, o artigo 1º de seu estatuto estabelece o princípio da complementaridade como uma das bases de seu funcionamento. Assim, o TPI apenas deve realizar sua atuação após o cumprimento das investigações e processos penais internos dos Estados. Dessa forma, o Tribunal Penal Internacional não poderá estabelecer um julgamento caso o próprio Estado já o esteja fazendo.<sup>34</sup> Portanto, ressalta-se o incentivo de que seja exercida a jurisdição nacional perante esses indivíduos a respeito dos crimes contidos no Estatuto de Roma.

No entanto, apesar do exercício da persecução penal no que tange aos crimes internacionalmente previstos seja um dever estatal, não é uma obrigação de que ocorra, por isso a previsão de que tais condutas sejam apreciadas pelo TPI, órgão independente para o julgamento internacional de indivíduos. Em síntese, o princípio da complementaridade refere-se ao fato de o Tribunal atuar de forma conjunta com a jurisdição de cada Estado.<sup>35</sup>

---

<sup>32</sup> CASTRO, Thamires Antunes e; SOARES, Flávia Salum Carneiro. **A criação do Tribunal Penal Internacional e suas contribuições para a justiça penal internacional**. Disponível em: **Publica Direito**. Acesso em: 13 mar. 2024.

<sup>33</sup> FARIAS, Marina Cardoso. **A relação entre o Tribunal Penal Internacional e o Conselho de Segurança da ONU: entre a teoria e a prática**. 2020. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: **Acervo Digital UFPR**. Acesso em: 13 mar. 2024.

<sup>34</sup> BRASIL. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. op. cit. Art. 1º. Acesso em: 15 mar. 2024.

<sup>35</sup> ROSSETTI, Victor. **Tribunal Penal Internacional: o que é e como atua?** Disponível em: **Politize**. Acesso em: 15 mar. 2024.

Não obstante, existem hipóteses nas quais é permitido ao TPI realizar investigações e julgamento — de um indivíduo — que já tenham sido conduzidos por um Estado. As previsões para que isso ocorra estão inseridas em seu Artigo 17, a ver:

1. Tendo em consideração o décimo parágrafo do preâmbulo e o artigo 1o, o Tribunal decidirá sobre a não admissibilidade de um caso se:

- a) O caso for objeto de inquérito ou de procedimento criminal por parte de um Estado que tenha jurisdição sobre o mesmo, **salvo se este não tiver vontade de levar a cabo o inquérito ou o procedimento ou, não tenha capacidade para o fazer;**
- b) O caso tiver sido objeto de inquérito por um Estado com jurisdição sobre ele e **tal Estado tenha decidido não dar seguimento ao procedimento criminal contra a pessoa em causa, a menos que esta decisão resulte do fato de esse Estado não ter vontade de proceder criminalmente ou da sua incapacidade real para o fazer;**
- c) A pessoa em causa já tiver sido julgada pela conduta a que se refere a denúncia, e não puder ser julgada pelo Tribunal em virtude do disposto no parágrafo 3o do artigo 20;<sup>36</sup> (Grifos nossos).

Nesse sentido, o artigo postula que o TPI deverá admitir um caso em apreço por um Estado nas situações em que esse não tenha vontade de dar continuidade com a investigação ou processo, ou quando não tiver capacidade para o fazer. Sobre isso, o próprio Estatuto de Roma, no mesmo dispositivo, define quais seriam as evidências de que o Estado não está disposto a continuar com a investigação ou procedimento, quais sejam:

2. A fim de determinar se há ou não vontade de agir num determinado caso, o Tribunal, tendo em consideração as garantias de um processo eqüitativo

---

<sup>36</sup> BRASIL. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. op. cit. Art. 17. Acesso em: 15 mar. 2024.

reconhecidas pelo direito internacional, verificará a existência de uma ou mais das seguintes circunstâncias:

- a) O processo ter sido instaurado ou estar pendente ou a decisão ter sido proferida no Estado com o propósito de subtrair a pessoa em causa à sua responsabilidade criminal por crimes da competência do Tribunal, nos termos do disposto no artigo 5o;
- b) Ter havido demora injustificada no processamento, a qual, dadas as circunstâncias, se mostra incompatível com a intenção de fazer responder a pessoa em causa perante a justiça;
- c) O processo não ter sido ou não estar sendo conduzido de maneira independente ou imparcial, e ter estado ou estar sendo conduzido de uma maneira que, dadas as circunstâncias, seja incompatível com a intenção de levar a pessoa em causa perante a justiça;<sup>37</sup>

No referido artigo, destaca-se a ocorrência de que haja uma decisão proferida pelo Estado com o intuito de eximir o indivíduo de sua responsabilidade criminal por condutas previstas pelo Tribunal Penal Internacional. Nesse contexto, percebe-se que, quando observada a tentativa estatal de remover a imputabilidade individual perante crimes que afetam a humanidade em escala internacional, é dever do TPI abrir seu processo e investigação para apurar os fatos.

Por meio da adoção de tais mecanismos, o órgão tem como objetivo evitar que sejam frustradas as tentativas de funcionamento da justiça internacional, tendo em vista a possibilidade de que Estados tentem fraudar os procedimentos, de modo a inocentar seus nacionais. Tal postura comprova os esforços tomados pelo órgão enquanto garantidor da não impunidade dos indivíduos frente aos crimes internacionais.

Ainda nesse viés, o Artigo 20 do Estatuto postula acerca da possibilidade de que haja um novo julgamento de um indivíduo, mesmo

---

<sup>37</sup> BRASIL. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. op. cit. Art. 17. Acesso em: 15 mar. 2024.

que já tenha sido julgado pelo mesmo crime anteriormente.<sup>38</sup> Essa seria uma exceção ao princípio *bis in idem*<sup>39</sup>. Assim dispõe:

1. Salvo disposição contrária do presente Estatuto, nenhuma pessoa poderá ser julgada pelo Tribunal por atos constitutivos de crimes pelos quais este já a tenha condenado ou absolvido.
2. Nenhuma pessoa poderá ser julgada por outro tribunal por um crime mencionado no artigo 5º, relativamente ao qual já tenha sido condenada ou absolvida pelo Tribunal.
3. O Tribunal não poderá julgar uma pessoa que já tenha sido julgada por outro tribunal, por atos também punidos pelos artigos 6o, 7o ou 8o, a menos que o processo nesse outro tribunal:
  - a) **Tenha tido por objetivo subtrair o acusado à sua responsabilidade criminal por crimes da competência do Tribunal;** ou
  - b) Não tenha sido conduzido de forma independente ou imparcial, em conformidade com as garantias de um processo equitativo reconhecidas pelo direito internacional, ou tenha sido conduzido de uma maneira que, no caso concreto, se revele incompatível com a intenção de submeter a pessoa à ação da justiça.<sup>40</sup> (Grifos nossos).

Outro aspecto fundamental do TPI refere-se ao princípio da responsabilidade criminal individual, posto pelo Artigo 25 do Estatuto, o qual define que o acusado responderá pessoalmente pelos crimes de competência do Tribunal, sem prejuízo de responsabilidade estatal. Assim, compete ao Tribunal o processamento e julgamento de

---

<sup>38</sup> BRASIL. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. op. cit. Art. 20. Acesso em: 15 mar. 2024.

<sup>39</sup> Princípio geral do direito penal que rege que nenhuma pessoa será julgada duas vezes pelo mesmo crime.

<sup>40</sup> BRASIL. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. op. cit. Art. 20. Acesso em: 15 mar. 2024.

indivíduos, excluída a possibilidade de que julgue Estados nacionais em sua jurisdição.<sup>41</sup>

Por fim, no que tange aos tipos penais previstos em sua competência, o Artigo 5º do Estatuto elenca aqueles sob a jurisdição do Tribunal, quais sejam: crime de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão.<sup>42</sup> Por considerar tais crimes como de extrema gravidade no sentido de ameaça à paz da sociedade internacional, o Artigo 29 do Estatuto dispõe que os ilícitos de competência do TPI são imprescritíveis, ou seja, podem ser julgados a qualquer tempo, desde que após o início da entrada em vigor do Tribunal.<sup>43</sup>

### 2.3. Competências do Tribunal Penal Internacional

Em se tratando da atuação do Tribunal Penal Internacional, encontram-se limitações derivadas de seu próprio estatuto, estas relativas aos casos sobre os quais poderá exercer sua jurisdição, chamadas competências.

Inicialmente, há de se tratar da competência material, que se refere aos crimes passíveis de julgamento perante o Tribunal, quais sejam os crimes de genocídio – aqueles que tem o intuito de destruir, total ou parcialmente um determinado grupo, de maneira física ou cultural –, crimes contra a humanidade – ataques sistemáticos, em grande escala, contra civis em geral –, crimes de guerra – atos perpetrados no contexto de conflitos bélicos, fora das permissões estabelecidas

---

<sup>41</sup> BRASIL. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. op. cit. Art. 25. Acesso em: 15 mar. 2024.

<sup>42</sup> BRASIL. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. op. cit. Art. 15. Acesso em: 15 mar. 2024.

<sup>43</sup> BRASIL. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. op. cit. Art. 29. Acesso em: 15 mar. 2024

internacionalmente –, e crimes de agressão – atos de agressão cometidos por chefes de Estado ou detentores de poderes políticos ou militares, em violação à Carta da ONU.<sup>44</sup>

No que diz respeito à competência pessoal, tem-se que o TPI somente pode processar e julgar indivíduos maiores de 18 anos, não havendo, entretanto, outras limitações além da capacidade do indivíduo. Desta feita, até mesmo Chefes de Estado são alcançados por esta jurisdição, vez que o Estatuto de Roma aplica-se de forma igualitária para todos os indivíduos passíveis de imputação.<sup>45</sup>

Acerca da competência temporal, o Estatuto de Roma, em seu Art. 11, insta que poderão ser julgados os crimes cometidos a partir da entrada em vigor do Estatuto, prevendo, porém, no Art. 124, a possibilidade de postergar o início de tal jurisdição pelo prazo de sete anos, contados da entrada em vigor da normativa.<sup>46</sup>

Por fim, a competência territorial abarca os crimes praticados na territorialidade de seus Estados membros, importando dizer ainda, que mesmo crimes cometidos em Estados não signatários do Estatuto de Roma podem ser julgados pelo Tribunal, desde que atendidos os requisitos para tal julgamento.<sup>47</sup>

## 2.4. ESTRUTURA INTERNA

O Tribunal Penal Internacional é dotado de uma organização interna subdividida em quatro principais órgãos: a Secretaria, a Promotoria, a

---

<sup>44</sup> PIOVESAN, Flavia; IKAWA, Daniela Ribeiro. **O Tribunal Penal Internacional e o Direito Brasileiro**. Disponível em: **Corte IDH**. Acesso em: 20 abr. 2024.

<sup>45</sup> *Ibidem*

<sup>46</sup> *Ibidem*

<sup>47</sup> PIOVESAN, Flavia; IKAWA, Daniela Ribeiro. **O Tribunal Penal Internacional e o Direito Brasileiro**. Disponível em: **Corte IDH**. Acesso em: 20 abr. 2024.

Presidência e as Seções Judiciais. Assim, mediante atuação em suas respectivas competências, realizam esforços conjuntos, no sentido de garantir o bom funcionamento da corte em questão.<sup>48</sup>

#### 2.4.1. Secretaria

A Secretaria do Tribunal Penal Internacional consiste em órgão munido de imparcialidade, cuja responsabilidade encontra-se centrada na prestação de serviços para todos os demais mecanismos que compõem o referido tribunal.<sup>49</sup> Sendo assim, é composta por um Secretário-Geral e um Secretário Adjunto, cargos que são ocupados a partir de votação dos juízes, verificada a aprovação da maioria absoluta dos votantes para eleição.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> INTERNACIONAL, Tribunal Penal. **In the Courtroom**. Disponível em: **Tribunal Penal Internacional**. Acesso em: 13 mar. 2024.

<sup>49</sup> INTERNACIONAL, Tribunal Penal. **Registry**. Disponível em: **Tribunal Penal Internacional**. Acesso em: 13 mar. 2024.

<sup>50</sup> STEINER, Sylvia Helena. **Tribunal Penal Internacional**. 2022. Disponível em: Enciclopédia Jurídica da PUC/SP. Acesso em: 13 mar. 2024.

2.4.2. Dentre as principais funções desempenhadas pela secretaria, destacam-se a prestação de apoio judicial, consistente na gerência do tribunal, arquivos e assistência aos réus e às vítimas; a coordenação de relações externas, mediante estabelecimento de contato com a externalidade do tribunal; e a gerência de aspectos logísticos, como matérias orçamentárias, segurança e recursos humanos.<sup>51</sup>

### 2.4.3. Promotoria

Apresenta-se como órgão independente do TPI, carregando como responsabilidade o exame de situações capazes de subsumirem-se aos crimes que se encontram abarcados pela jurisdição do Tribunal Penal Internacional.<sup>52</sup>

Sendo assim, tem como função manejar as investigações contra indivíduos notadamente eivados de indícios de autoria, buscando gerar fundamentação suficiente para dar início aos procedimentos de persecução penal que se desenvolvem no seio da corte em questão.<sup>53</sup>

Entre as análises realizadas, verifica-se a existência de competência temporal quanto à data de cometimento do crime, bem como se o crime cometido encontra-se dentro da competência do TPI. Não obstante, analisa-se ainda se há competência territorial para julgamento,

---

<sup>51</sup> *Ibidem*

<sup>52</sup> INTERNACIONAL, Tribunal Penal. **Office of the Prosecutor**. Disponível em: Tribunal Penal Internacional. Acesso em: 13 mar. 2024.

<sup>53</sup> INTERNACIONAL, Tribunal Penal. **Office of the Prosecutor**. Disponível em: Tribunal Penal Internacional. Acesso em: 13 mar. 2024.

averiguando se o país de nacionalidade do investigado é ou não signatário do Estatuto de Roma.<sup>54</sup>

Ademais, cumpre salientar que é de responsabilidade do promotor atuar na fase pré-processual, no sentido de buscar convencer os juízes de que há elementos comprobatórios suficientes para justificar um julgamento futuro. Na fase processual, por sua vez, caberá à promotoria acusar e provar a culpa do acusado, apresentando as evidências reunidas durante a fase investigatória do processo.<sup>55</sup>

Por fim, no tocante à composição da Promotoria, tem-se a figura do Promotor Geral, indivíduo competente para coordená-la, eleito a partir de votação realizada entre a Assembleia dos Estados partes, para um mandato que se estende pelo período de 9 anos.<sup>56</sup> Já em se tratando da quantidade de promotores, esta varia de acordo com a necessidade do Tribunal, verificando-se a quantidade de casos em julgamento, a complexidade desses, a quantidade de denúncias e o nível de dificuldade para realizar determinadas investigações.<sup>57</sup>

#### 2.4.4. Presidência

A presidência do TPI é composta por três juízes, sendo eles Presidente, Primeiro e Segundo Vice-Presidentes, cuja eleição para mandato de três anos se dá mediante votação dos demais juízes eleitos, por aprovação da maioria absoluta. Sendo assim, de modo obrigatório, o Presidente ocupa ainda um assento na Câmara de Apelações do Tribunal.<sup>58</sup>

---

<sup>54</sup> *Ibidem*

<sup>55</sup> *Ibidem*

<sup>56</sup> EXTERIORES, Ministério das Relações. **Tribunal Penal Internacional**. 2022. Disponível em: Ministério das Relações Exteriores. Acesso em: 13 mar. 2024.

<sup>57</sup> STEINER, Sylvia Helena. **Tribunal Penal Internacional**. 2022. Disponível em: Enciclopédia Jurídica da PUC/SP. Acesso em: 13 mar. 2024.

<sup>58</sup> *Ibidem*

Dentre suas atribuições, figuram aspectos administrativos, como a supervisão das atividades desempenhadas pela Secretaria, bem como a elaboração e contribuição para com políticas administrativas internas ao Tribunal. Não obstante, são exercidas ainda funções judiciais, mediante a execução de julgamentos e aplicação de multas.<sup>59</sup>

Organizacionalmente, é a Presidência que designa os juízes para as Câmaras de Julgamento, atribuindo-lhes os casos para análise, e no âmbito das relações exteriores, é sua competência realizar negociações e acordos de cooperação entre Estados.<sup>60</sup>

Na atualidade, a Presidente do Tribunal Penal Internacional é a juíza Tomoko Akane, do Japão, acompanhada do Primeiro Vice-Presidente, o juiz Rosario Salvatore Aitala, da Itália, e a Segunda Vice-Presidente, a juíza Reine Alapini-Gansou, do Benin.<sup>61</sup>

#### 2.4.5. Câmaras de Julgamento

Finalmente, figuram na composição do TPI as Câmaras de Julgamento, as quais são compostas por 18 juízes eleitos pela Assembleia dos Estados Partes, mediante a avaliação dos requisitos de suas qualificações, imparcialidade e integridade. Nesse sentido, uma vez eleitos, os juízes passarão a exercer um mandato pelo tempo de nove anos, não sendo permitida reeleição.<sup>62</sup>

Importa destacar que a totalidade dos juízes não assume seus cargos conjuntamente, uma vez que um terço dos magistrados se renova no prazo de 3 anos, considerando-se ainda que a saída de um juiz pode ser

---

<sup>59</sup> EXTERIORES, Ministério das Relações. **Tribunal Penal Internacional**. 2022. Disponível em: Ministério das Relações Exteriores. Acesso em: 13 mar. 2024.

<sup>60</sup> INTERNACIONAL, Tribunal Penal. **Presidency**. Disponível em: Tribunal Penal Internacional. Acesso em: 14 mar. 2024.

<sup>61</sup> *Ibidem*

<sup>62</sup> INTERNACIONAL, Tribunal Penal. **Judicial Divisions**. Disponível em: Tribunal Penal Internacional. Acesso em: 14 mar. 2024.

prolongada, caso esse esteja participando de um julgamento quando do término de seu mandato.<sup>63</sup>

Assim, subdividem-se em Câmaras de Pré-Julgamento, responsáveis por confirmar as acusações levantadas pela promotoria, emitir mandados convocatórios e garantir a manutenção dos direitos durante a fase investigatória; Câmaras de Julgamento, que conduzem os julgamentos de mérito, sentenciando de forma pública os culpados e determinando reparações às vítimas, observados os princípios de igualdade e devido processo legal; e as Câmaras de Recurso, cuja competência é para julgar os recursos interpostos pelas partes, confirmando, revertendo ou emendando as decisões emitidas.<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> STEINER, Sylvia Helena. **Tribunal Penal Internacional**. 2022. Disponível em: Enciclopédia Jurídica da PUC/SP. Acesso em: 13 mar. 2024.

<sup>64</sup> INTERNACIONAL, Tribunal Penal. **Judicial Divisions**. Disponível em: Tribunal Penal Internacional. Acesso em: 14 mar. 2024.

### 3 PROCESSO DE ADMISSIBILIDADE

Em se tratando da propositura de ações frente ao TPI, tem-se que essas poderão ser provocadas de três formas distintas, as quais encontram-se descritas no Art. 13 do Estatuto de Roma, senão vejamos:

Artigo 13

Exercício da Jurisdição

O Tribunal poderá exercer a sua jurisdição em relação a qualquer um dos crimes a que se refere o artigo 5o, de acordo com o disposto no presente Estatuto, se:

- a) Um Estado Parte denunciar ao Procurador, nos termos do artigo 14, qualquer situação em que haja indícios de ter ocorrido a prática de um ou vários desses crimes;
- b) O Conselho de Segurança, agindo nos termos do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, denunciar ao Procurador qualquer situação em que haja indícios de ter ocorrido a prática de um ou vários desses crimes; ou
- c) O Procurador tiver dado início a um inquérito sobre tal crime, nos termos do disposto no artigo 15.<sup>65</sup>

Portanto, mediante leitura do dispositivo supracitado, depreende-se que apenas os Estados Parte, ou seja, os signatários do Estatuto de Roma, que se submeteram à jurisdição do TPI; bem como o Conselho de Segurança da ONU; e o Procurador, quando possuir informações acerca do cometimento de um crime, poderão promover a denúncia.

Importa notar, a partir deste preceito legal, que para os Estados Parte e Conselho de Segurança, basta a verificação de indícios de cometimento de um ou mais crimes, enquanto para o Procurador, uma vez obrigado pelo Art. 15<sup>66</sup> do Estatuto de Roma, exige-se um lastro comprobatório extenso para dar início ao procedimento.

---

<sup>65</sup> BRASIL. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. op. cit. Art. 13. Acesso em: 15 mar. 2024.

<sup>66</sup> Artigo 15  
Procurador

Dessarte, verificadas as formas de instituição das investigações, são notáveis algumas peculiaridades, referentes a tais maneiras de provocação para instauração de inquérito perante o Tribunal Penal Internacional.

A primeira delas encontra-se centrada no fato de que nem todos os indivíduos e órgãos têm competência para realizar tal procedimento, vez que apenas os Estados Partes, o Conselho de Segurança das Nações Unidas e o Procurador podem fazê-lo. Sendo assim, estabelece o Estatuto, implicitamente, que Organizações Não Governamentais, e indivíduos da sociedade civil, embora atingidos pelos efeitos das supostas violações, não estão aptos a provocar diretamente a atividade investigativa do TPI<sup>67</sup>, em que pese a capacidade de enviar, ao Procurador, documentos essenciais para fundamentar o início de suas investigações.<sup>68</sup>

Não obstante, outro ponto que merece destaque é a previsão contida no Art. 16<sup>69</sup> da normativa que regula o funcionamento do Tribunal, cuja

---

1. O Procurador poderá, por sua própria iniciativa, abrir um inquérito com base em informações sobre a prática de crimes da competência do Tribunal.

2. O Procurador apreciará a seriedade da informação recebida. Para tal, poderá recolher informações suplementares junto aos Estados, aos órgãos da Organização das Nações Unidas, às Organizações Intergovernamentais ou Não Governamentais ou outras fontes fidedignas que considere apropriadas, bem como recolher depoimentos escritos ou orais na sede do Tribunal.

3. Se concluir que existe fundamento suficiente para abrir um inquérito, o Procurador apresentará um pedido de autorização nesse sentido ao Juízo de Instrução, acompanhado da documentação de apoio que tiver reunido. As vítimas poderão apresentar representações no Juízo de Instrução, de acordo com o Regulamento Processual.

<sup>67</sup> MACEDO, Marcus Vinicius Aguiar. **Apostila Esquematizada Sobre o Processo Penal Internacional - TPI**. Disponível em: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Acesso em: 16 mar. 2024.

<sup>68</sup> STEINER, Sylvia Helena. **Tribunal Penal Internacional**. 2022. Disponível em: Enciclopédia Jurídica da PUC/SP. Acesso em: 13 mar. 2024.

<sup>69</sup> BRASIL. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. op. cit. Art. 16. Acesso em: 15 mar. 2024.

disposição cria para o Conselho de Segurança das Nações Unidas a prerrogativa de suspender um inquérito em curso pelo prazo de 12 meses, com possibilidade ainda de renovação deste pleito.<sup>70</sup>

Ademais, ora observadas as peculiaridades acima descritas, destaca-se a inserida por ocasião da chamada Emenda de Kampala<sup>71</sup>, segundo a qual a investigação do TPI sobre casos relacionados a crimes cometidos sob a jurisdição de Estado não parte, só estaria permitida se tal demanda tenha sido fruto de remessa por parte do CSNU.<sup>72</sup>

Em se tratando da remessa do Conselho de Segurança, essa tem sido importante mecanismo de garantia de (im)punidade face aos crimes cometidos individualmente por sujeitos notáveis. Tal hipótese, levantada por estudiosos, se dá ao considerar que o CSNU foi responsável pela instauração de diversos procedimentos judiciais centrados nas questões ocorridas no Sudão, porém deixou de instaurar procedimentos contra, à exemplo, os Estados Unidos, pela atuação na Guerra do Iraque.<sup>73</sup>

Sendo assim, considerando a abertura de inquérito pela Promotoria, dando início à fase investigatória, esta poderá culminar em dois possíveis resultados distintos, sendo estes a não continuidade para o procedimento judicial, e o prosseguimento do feito para julgamento.<sup>74</sup>

---

<sup>70</sup> BRASIL. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. Art. 16. Acesso em: 15 mar. 2024.

<sup>71</sup> Acordada durante a Conferência de Kampala, em 2010, tipificou o crime de agressão e como este deveria ser julgado.

<sup>72</sup> STEINER, Sylvia Helena. **Tribunal Penal Internacional**. 2022. Disponível em: Enciclopédia Jurídica da PUC/SP. Acesso em: 13 mar. 2024.

<sup>73</sup> FEIJÓ, Alexsandro Rahbani Aragão; NEVES, Julianna Mendonça. **A Influência do Conselho de Segurança da ONU nas Decisões do Tribunal Penal Internacional: casos do iraque e darfur**. Casos do Iraque e Darfur. Disponível em: Publica Direito. Acesso em: 20 abr. 2024.

<sup>74</sup> MACEDO, Marcus Vinicius Aguiar. **Apostila Esquematizada Sobre o Processo Penal Internacional - TPI**. Disponível em: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Acesso em: 16 mar. 2024.

O primeiro tem azo por meio de três hipóteses, que podem ainda ser cumulativas: se verificada a inexistência de documentos suficientes para justificá-lo; se constatada a impossibilidade de admissibilidade perante o TPI, segundo os critérios descritos no Art. 17 do Estatuto de Roma; e por fim, caso seja identificado que não haveria interesse, por parte da justiça, no caso investigado.<sup>75</sup>

Nessa ocasião, deverá o promotor arquivar o processo, submetendo sua justificativa plausível para análise das Câmaras de Pré-Julgamento, bem como à quem houver submetido o caso, conforme dispõe a normativa abaixo transcrita:

Artigo 15

Procurador

1. O Procurador poderá, por sua própria iniciativa, abrir um inquérito com base em informações sobre a prática de crimes da competência do Tribunal.

[...]

6. Se, depois da análise preliminar a que se referem os parágrafos 1o e 2o, o Procurador concluir que a informação apresentada não constitui fundamento suficiente para um inquérito, o Procurador informará quem a tiver apresentado de tal entendimento. Tal não impede que o Procurador examine, à luz de novos fatos ou provas, qualquer outra informação que lhe venha a ser comunicada sobre o mesmo caso.<sup>76</sup>

O segundo, por sua vez, consiste na procedência da denúncia recebida, ocasionando seu prosseguimento para julgamento perante o Tribunal Penal Internacional, se assim acatarem as Câmaras responsáveis, que

---

<sup>75</sup> MACEDO, Marcus Vinicius Aguiar. **Apostila Esquematizada Sobre o Processo Penal Internacional - TPI**. Disponível em: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Acesso em: 16 mar. 2024.

<sup>76</sup> BRASIL. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. op. cit. Art. 15. Acesso em: 15 mar. 2024.

deverão realizar ainda um segundo juízo de admissibilidade, fundado nas disposições do Art. 17.<sup>77</sup>

Mediante aceitação do prosseguimento do feito, serão notificados os Estados parte e Estados de jurisdição competente para julgamento da lide, que não o tenham feito, garantindo a ciência do deslinde do caso a todos.<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> *Ibidem*.

<sup>78</sup> BRASIL. Decreto nº 4388, de 25 set. 2002. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. Brasília. Disponível em: Decreto nº. 4388.

## 4 CASO A: PROMOTORIA VS. VLADIMIR PUTIN

O primeiro caso a ser analisado na simulação no âmbito do Tribunal Penal Internacional refere-se à ação promovida contra o atual Presidente da Rússia, Vladimir Putin, o qual lidera o Estado desde 1999, e está sendo acusado pelo suposto cometimento de crimes tipificados no Estatuto de Roma durante os embates bélicos contra a Ucrânia.

Desta feita, visando estabelecer um amplo entendimento sobre todos os cenários e contextos que abrangem o conflito, faz-se necessário a exposição de alguns fatos determinantes.

### 4.1. Contexto regional e histórico da Rússia e da Ucrânia

Em tempos remotos, a planície do leste europeu foi habitada por comunidades guerreiras, de grande numeração e diversidade étnica, que compuseram a raiz formadora de diversas civilizações europeias.<sup>79</sup> Tais povos são reconhecidos como os eslavos, grupo étnico de origem indo-europeia, originários das estepes da Ásia central e dos planaltos iranianos.

Os eslavos foram povos que, por muito tempo, apresentavam características nômades, promovendo, em face disso, grandes migrações que acabaram culminando em assentamentos por diversas localidades da Europa, sendo, por isso, um povo alicerce de muitas civilizações vindouras.<sup>80</sup>

Em parte desses processos migratórios, evidencia-se que em meados dos séculos VI d.C. os eslavos se assentaram em parte do leste europeu, habitando, primeiramente, a região setentrional das montanhas

---

<sup>79</sup> PLOKHY, Serhii. **The Origins of The Slavic Nations – Premodern Identities in Russia, Ukraine, and Belarus**. 1° ed. New York: Cambridge University Press, 2006.

<sup>80</sup> MILHAZES, José. **A Mais Breve História da Rússia – Dos Eslavos a Putin**. 1° ed. Coimbra: Duarte Bárbara, 2021, p. 14.

dos Cárpatos e, posteriormente, expandindo-se ao sul, até à península dos Balcãs, e para o norte e leste, ocupando grande parte da planície europeia oriental.<sup>81</sup>

Nesse ínterim, os eslavos protagonizaram a execução de um processo histórico secular, marcado por grandes transformações étnicas e culturais. Esse processo culminou na formação de duas grandes nações, cuja história compartilha o mesmo nascedouro, mas que, no entanto, ao longo do devir histórico, acabaram vivenciando intensos processos separatistas e de disputas e conflitos territoriais: a Rússia e a Ucrânia.

#### 4.1.1. Contexto Histórico da Rússia

A formação do Estado russo pode ser observada a partir da definição de três séculos-chaves: a era da Rus de Kiev, abrangendo desde as suas raízes no século IX até a invasão mongol; um século de “domínio mongol” de 1240 a 1340, durante o qual as tradições e estruturas de Kiev perderam a sua potência e os principados da Rússia adaptaram-se à suserania mongol ou tártara; e o período entre 1340 e meados do século XV.<sup>82</sup>

Conforme já mencionado, a partir do século VI d.C., povos indo-arianos nômades começaram a ocupar a região da Europa oriental, expandindo-se entre os territórios e se tornando o grupo étnico dominante do leste europeu. Nesse processo expansionista, os eslavos se assentaram na região de Kiev, à época alcunhada como Rus de Kiev, ascendendo o

---

<sup>81</sup> *Ibidem*

<sup>82</sup> FREEZE, Gregory L. **Russia: A History**. 2º ed. New York: Oxford University Press, 2002.

processo de formação civilizacional remetente às atuais Rússia e Ucrânia.<sup>83</sup>

Contudo, reconstruir a história política dos primeiros eslavos é um trabalho complicado, pois parte dela advém de lendas clássicas compartilhadas entre os povos.<sup>84</sup>

Ainda assim, ao se esmiuçar tais lendas, alguns paradigmas quanto à história de formação da Rússia podem ser esclarecidos. Nesse viés, um dos textos de maior importância no processo de elucidação quanto a formação do referido estado – nesse caso, aludindo-se a formação da Rus de Kiev – refere-se à lenda clássica da “Crônica Primeira”. Na referida obra, tem-se a descrição da lenda de Rurik, viking que estabeleceu a primeira dinastia da Rússia, na região de Kiev, a chamada dinastia Rurikovich, ou dinastia de Rurik.<sup>85</sup>

Em que pese a ausência de indícios arqueológicos que deem correspondência a certas descrições contidas nas histórias da “Crônica Primeira”, inegavelmente a dinastia de Rurik é um ponto que remete a história da Rus de Kiev.

Estabelecido o reinado de Rurik, o processo de formação do primeiro Estado russo se estendeu por décadas: De tal processo, esclarece Milhazes:

A formação do primeiro Estado russo estende-se por décadas. Segundo a chamada teoria normanda sobre a origem do antigo Estado russo, os habitantes de Novgorod, em 862, não encontrando entre eles alguém que pudesse pôr ordem na cidade, decidiram convidar o *knyaz* (príncipe) Riurik para os governar.

---

<sup>83</sup> SUBTELNY, Orest. **Ukraine: A History**. 4° ed. Canada: University of Toronto Incorporated, 2009, p. 20-21.

<sup>84</sup> BUSHKOVITCH, Paul. **História Concisa da Rússia**. 1° ed. São Paulo: EDIPRO, 2014, pág. 27.

<sup>85</sup> *Ibidem*

(...)

Após a morte de Riurik, 879, o poder de Novgorod passou para as mãos do irmão, o príncipe Oleg, que conquistou Kiev e transferiu para essa cidade a capital da Rússia.<sup>86</sup>

Desde então, o reinado da Rus de Kiev perpassou por processos de estabelecimento de conflitos e ascensão de novas lideranças. Oleg foi sucedido por Igor, filho de Riurik, que foi sucedido por Olga, sua esposa, sucedida por seu filho, Sviatoslav I.<sup>87</sup>

Uma vez grão-príncipe, Sviatoslav I lançou uma expedição militar contra o Império Khazar<sup>88</sup>, dominando o estado da Bulgária do Volga, e em seguida invadindo e destruindo Atil, a capital do Império Khazar. Posteriormente, dominaram também o Primeiro Império Búlgaro, consolidando a supremacia sobre a região dos Bálcãs.<sup>89</sup>

Essas conquistas encorajaram Sviatoslav I a invadir e conquistar também territórios bizantinos, mas em 971 d.C., foi derrotado e expulso por Bizâncio, culminando na fraqueza de seu reinado e no seu posterior assassinato por pechenegues – povos turcos habitantes da Ásia Central. Com sua morte, a Rússia de Kiev passou a ser dividida entre seus três filhos, que deram início a uma guerra pelo poder de todo o território, a qual terminou com a vitória de Vladimir I.<sup>90</sup>

---

<sup>86</sup> MILHAZES, José. **A Mais Breve História da Rússia – Dos Eslavos a Putin**. 1º ed. Coimbra: Duarte Bárbara, 2021.

<sup>87</sup> *Ibidem*.

<sup>88</sup> O Império Khazar, também conhecido como Khazaria, foi um extinto estado não-eslavo, de forte ascendência judaica, que existiu nas dimensões entre o Mar Cáspio e o Mar Negro.

<sup>89</sup> FREEZE, Gregory L. **Russia: A History**. 2º ed. New York: Oxford University Press, 2002, pág. 3-4.

<sup>90</sup> MILHAZES, José. **A Mais Breve História da Rússia – Dos Eslavos a Putin**. 1º ed. Coimbra: Duarte Bárbara, 2021, pág. 26.

O principal legado de Vladimir I foi a imposição do cristianismo ortodoxo em todos os territórios que compunham seu reinado.<sup>91</sup> Tal processo adveio de uma união formada com o Império Bizantino, pois Vladimir se casou com a irmã do imperador Bizâncio, assim também como da necessidade, enxergada por ele, de estabelecer uma fé comum na sociedade russa, bem como de extirpar a cultura pagã, que, à época, soava como um contrassenso a vista da cultura bizantina.<sup>92</sup>

Com a morte de Vladimir I em 1015, seu filho Yaroslav I assume o trono, e o território da Rússia de Kiev se expande ainda mais, alcançando o grande período áureo da Rus de Kiev, transformando-a em uma das maiores cidades europeias. Porém, com a morte de Yaroslav I em 1054, a Rússia de Kiev teve de ser dividida entre seus filhos, acontecimento que acarretou em várias guerras internas culminantes em um processo de fragmentação do país.<sup>93</sup>

Desse processo, destaca-se a separação de Novgorod, que se constituiu como República da Novogardia ao conquistar sua independência em 1136. Desde então, a Rússia de Kiev se fragmentou em pelo menos 12 principados diferentes.<sup>94</sup>

Desse modo, com o esfacelamento dos principados russos, o país acabou perdendo sua unidade e se tornando suscetível à invasões estrangeiras.

A partir de então, iniciaram-se as Invasões Mongóis e o início da segunda era de formação do Estado russo - a era do domínio tártaro-mongol.

---

<sup>91</sup> *Ibidem*

<sup>92</sup> FREEZE, Gregory L. **Russia: A History**. 2º ed. New York: Oxford University Press, 2002, pág. 5.

<sup>93</sup> MILHAZES, José. **A Mais Breve História da Rússia – Dos Eslavos a Putin**. op cit, pág. 26-27.

<sup>94</sup> BUSHKOVITCH, Paul. **História Concisa da Rússia**. 1º ed. São Paulo: EDIPRO, 2014, pág. 36.

O processo de invasão dos Tártaros-Mongóis se iniciou em 1223, com a tentativa de tomada da Rus de Kiev, não logrando êxito. Porém, apesar de derrotados na primeira invasão, os Tártaros-Mongóis continuaram a surtida, comandados pelo líder Batu Khan, promoveram seu maior ataque em 1237, satisfazendo, após cinco anos de ofensiva, seu intento de dominarem todos os principados russos.<sup>95</sup>

Assim, em 1342, é fundado o Canato da Horda Dourada, que passa a controlar todos os principados russos e a integrar o Grão-Ducado da Lituânia.<sup>96</sup>

Durante quase um século de dominação, os Tártaros-Mongóis submeteram a população russa a um estado de grande sofrimento, devido à beligerância de constantes incursões, essas marcadas por sucessivas manifestações de violências. Conforme frisa Milhazes, a partir de citação do historiador russo Boris Sapunov:

Os tártaros exterminaram cerca de um terço de toda a população da Rus antiga. Se considerarmos que na Rus de então viviam entre seis e oito milhões de pessoas, terão sido assassinadas entre dois milhões e dois milhões e meio. Os estrangeiros que passavam pelas regiões meridionais do país escreviam que a Rus se tinha praticamente transformado num deserto sem vida, e que semelhante Estado já não existia no mapa da Europa.<sup>97</sup>

Dessa maneira, em 1380, o Grão-Ducado de Moscou, entendendo que as investidas dos tártaros e mongóis atingiram seu estopim, forma uma coalizão para derrotar os tártaros, vencendo a Batalha de Kulikovo.<sup>98</sup>

---

<sup>95</sup> FREEZE, Gregory L. **Russia: A History**. 2º ed. New York: Oxford University Press, 2002, pág. 12-14.

<sup>96</sup> BUSHKOVITCH, Paul. **História Concisa da Rússia**. 1º ed. São Paulo: EDIPRO, 2014, pág. 43-44.

<sup>97</sup> MILHAZES, José. **A Mais Breve História da Rússia – Dos Eslavos a Putin**. 1º ed. Coimbra: Duarte Bárbara, 2021, pág 39.

<sup>98</sup> MILHAZES, José. **A Mais Breve História da Rússia – Dos Eslavos a Putin**. op cit, pág. 26.

Essa batalha marca o início do processo de expulsão dos Mongóis, pois, a partir dessa data, não mais conseguem manter o controle sobre a região.

O processo de queda do domínio mongol atinge seu ápice com a ascensão de Ivan III, que protagonizou diversos levantes e conquista de diversas cidades, consolidando ainda mais o território russo.<sup>99</sup>

O processo de declínio continuou, até que em 1547, Ivan IV, conhecido como Ivan, o Terrível, é coroado como o primeiro czar da Rússia, dando início ao período dos czares. Ele realiza diversas reformas, unificando o país e expandindo suas fronteiras. No entanto, seu governo também foi marcado por uma política repressiva e por episódios de violência, que geraram instabilidade interna e conflitos com outros países.<sup>100</sup>

Após a morte de Ivan, o Terrível, em 1584, o país entra em um período de crise política e social, conhecido como "Tempo de Dificuldades", marcado por revoltas, invasões estrangeiras e disputas pelo poder. Esse período culmina com a ascensão da dinastia Romanov ao trono em 1613, com a eleição de Mikhail Romanov como czar.<sup>101</sup>

A ascensão da dinastia Romanov ao posto de czar é o ponto de partida para o crescimento do Império Russo.<sup>102</sup> Após a eleição de Mikhail Romanov, o Estado russo foi governado por mais quatro czares pertencentes à dinastia Romanov entre os anos de 1645 até 1721: Aleixo, Teodoro III, Ivã V, Pedro I.

---

<sup>99</sup>FENNEL, John L. I. **Ivan III: Russian Prince**. Britannica. 20 de julho de 1998. Disponível em: Britannica. Acesso em: 7 de março de 2024.

<sup>100</sup>ANDREYEV, Nikolay. **Ivan the Terrible**. Britannica. 20 de julho de 1998. Disponível em: Britannica. Acesso em: 7 de março de 2024.

<sup>101</sup> PERRIE, Maureen. **Russia (vol. 1) – From Early Rus To 1689**. 1º ed. New York: Cambridge University Press, 2006.

<sup>102</sup>RAY, Michael. **The reign of Peter the Great**. Britannica. 30 de agosto de 1998. Disponível em: Britannica. Acesso em: 7 de março de 2024.

Com a chegada de Pedro I ao posto de czar, em 1682, diversas transformações foram iniciadas na estrutura do Estado russo, com o intento de preparar a sociedade para a instalação do novo modelo de poder que vinha a ser constituído. Assim, após a vitória sobre os suecos na Grande Guerra do Norte em 1721 e a advinda celebração ao Tratado de Nystad, Pedro I, aproveitando o ensejo adquirido, recebeu o título de Imperador, e o czarado da Rússia, enfim, tornou-se o Império Russo, com sua capital sendo transferida de Moscou para São Petersburgo.<sup>103</sup>

Desse modo, o ascender do Império deve ser entendido como o fechamento dos três grandes processos seculares de formação do Estado russo.<sup>104</sup> Porquanto, o Império Russo finda culminando o domínio da Rússia moscovita sobre os vizinhos da Europa e Ásia.<sup>105</sup>

Tal domínio, importa destacar, consistiu-se em um processo de ocidentalização e expansão dos domínios territoriais do Império Russo. A referida política adveio de Pedro I, mas fora incorporado indistintamente pelos governantes subsequentes (Catarina I, Pedro II, Pedro III, Catarina II), culminando com a participação do Império em sucessivas guerras: Guerra contra o Império Otomano (1734-39); Guerra dos Sete Anos (1756-63); Partições Polonesas (1772- 95) entre outras.

Desde formado, o Império Russo assumiu papel de protagonismo na sociedade europeia. Movimentos históricos como o iluminismo, a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas não decorreram sem forte participação e influência da sociedade russa, com consequências que não refletiram somente no ambiente interno. Pode-se destacar,

---

<sup>103</sup>MANÁEV, Gueórgui. Como o Império Russo foi formado. 13 de outubro de 2020. Disponível em: [Russia Beyond BR](#). Acesso em: 8 de março de 2024.

<sup>104</sup> FREEZE, Gregory L. **Russia: A History**. 2º ed. New York: Oxford University Press, 2002.

<sup>105</sup> *Ibidem*

nesse ínterim, a forte influência do governo de Catarina II - ou Catarina, a grande - no movimento iluminista, assim como a liderança do de Alexandre I na derrota de Napoleão e no posterior Congresso de Viena, este que, inclusive, ao reconfigurar o mapa europeu, expandiu as delimitações do Império Russo.<sup>106</sup>

Todavia, o protagonismo do Império Russo nas transformações que surgiam na sociedade europeia também trouxe resultados negativos ao regime nacional. Nesse mote, o governo de Alexandre II enfrentou grandes exigências pela constitucionalização do Estado russo, seguindo as tendências advindas do iluminismo. Naturalmente, tais exigências eram dicotômicas à forma autocrática perpetrada na Rússia, não sendo acatadas, em primeiro momento, pelo imperador.<sup>107</sup>

Contudo, em razão da grave crise econômica que acometia a Rússia na época, Alexandre II instituiu uma série de reformas, as chamadas Grandes Reformas, no sistema político do império. Ainda assim, apesar da iniciativa, revolucionários anarquistas assassinaram o imperador, acelerando o processo de contrarreformas nos governos sucessores de Alexandre III e Nicolau II.<sup>108</sup>

Conseqüentemente, o estabelecimento das contrarreformas em ambos os governos, de Alexandre III e Nicolau II, foram marcados por grandes repressões, além de ondas crescentes de antissemitismo, com a organização de diversos *progoms*<sup>109</sup>, que, ao cabo, apenas aprofundaram as divisões internas.

---

<sup>106</sup> TREPANIER, Lee. **The Russian Empire (1721-1917)**. 27 de fevereiro de 2017. Disponível em: VoegelinView. Acesso em: 8 de março de 2024.

<sup>107</sup> FREEZE, Gregory L. **Russia: A History**. 2º ed. New York: Oxford University Press, 2002.

<sup>108</sup> *Ibidem*

<sup>109</sup> Pogrom é uma palavra russa que significa "causar estragos, destruir violentamente". Historicamente, o termo refere-se aos violentos ataques físicos da população em geral contra os judeus, tanto no império russo como em outros países.

Por fim, terminando de preencher o barril de pólvora, o escalonamento da Primeira Guerra Mundial, período que além de ensejar uma natural agitação política, também foi marcado como uma época de grande fome e miséria no regime russo, fazendo com que, em razão desses elementos, eclodissem diversos movimentos revolucionários, destacando-se, claro, a Revolução Russa de 1917, também conhecida como Revolução Bolchevique.<sup>110</sup>

A Revolução Russa de 1917 atingiu seu estopim no mês de fevereiro, com o czar abdicando do seu poder e abrindo um vácuo na liderança do governo, instituindo-se o chamado Governo Provisório, que funcionou como um parlamento liberal europeu. À frente desse governo esteve Alexander Kerenski, que era socialista, porém, reformista - um menchevique<sup>111</sup>. Durante o regime de transição, decorre-se uma disputa interna entre os Mencheviques, de caráter reformista, e os Bolcheviques, de caráter revolucionário e liderados por Vladimir Lênin – que além de líder político, também foi um grande intelectual comunista.<sup>112</sup>

Os Bolcheviques se moviam na luta política através do famigerado lema “pão, paz e terra”, indicando que a saída para as consequências da guerra deveria ser a expropriação e divisão das grandes propriedades de terra e posterior fornecimento de comida para a população.<sup>113</sup> Tal entendimento estava ancorado nos pressupostos marxistas, efervescentes na Europa à época da revolução e que tiveram sua

---

<sup>110</sup>TREPANIER, Lee. **The Russian Empire (1721-1917)**. 27 de fevereiro de 2017. Disponível em: VoegelinView. Acesso em: 8 de março de 2024.

<sup>111</sup> Os mencheviques eram revolucionários russos moderados, defensores de teses reformistas que visavam construir uma sociedade russa que primeiro desenvolvesse um pleno capitalismo para depois implantar o comunismo.

<sup>112</sup> CONQUEST Robert. et al. Soviet Union. Britannica. 26 de julho de 1999. Disponível em: Britannica. Acesso em: 9 de março de 2024.

<sup>113</sup> MILHAZES, José. **A Mais Breve História da Rússia – Dos Eslavos a Putin**. 1º ed. Coimbra: Duarte Bárbara, 2021, pág. 112.

abordagem desenhada por Lênin para a realidade russa, especialmente nas chamadas “Teses de Abril.”<sup>114</sup>

Em seguimento, as reformas propostas pelos Mencheviques, de caráter reformista, não encontraram favor entre os Bolcheviques, desencadeando a chamada Revolução de Outubro. Esta culminou na invasão do Palácio de Inverno pelos revolucionários, liderados pelo Exército Vermelho de Trotsky, finalizando na ascensão ao poder dos comunistas.<sup>115</sup>

Assim, em 30 de dezembro de 1922, foi formada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Ao longo de seu desenvolvimento, a nação se formou como uma ditadura de partido único, sendo a primeira nação da história a adotar um regime de economia planificada, em que a produção e distribuição de bens eram centralizadas e dirigidas pela administração estatal. Ademais, apesar do país possuir o sufrágio universal, na prática, todos os candidatos eram selecionados pelas organizações do Partido Comunista da União Soviética, além de que seus opositores eram perseguidos e a liberdade de expressão era limitada.<sup>116</sup>

Ainda sobre a política econômica, seu primeiro ato foi o comunismo de guerra, que envolveu a nacionalização da indústria e a tentativa de eliminar empresas privadas e o livre comércio. Contudo, após o grave colapso econômico causado pela Guerra Civil, Lênin substituiu o comunismo de guerra pela Nova Política Econômica (NEP), com a

---

<sup>114</sup> FERRO, Marc. **The bolshevik revolution: a Social History of the Russian Revolution.** 1º ed. London: Routledge & Kagan Paul *Ltd.*, 1985.

<sup>115</sup> FERRO, Marc. **The bolshevik revolution: a Social History of the Russian Revolution.** 1º ed. London: Routledge & Kagan Paul *Ltd.*, 1985.

<sup>116</sup> MILHAZES, José. **A Mais Breve História da Rússia – Dos Eslavos a Putin.** 1º ed. Coimbra: Duarte Bárbara, 2021.

organização do livre comércio e da propriedade privada para empresas de pequeno porte.<sup>117</sup>

Após a morte de Lenin em 1924, um grande cenário de instabilidade em relação à liderança da União Soviética se formou. Entre os dois principais nomes estavam o secretário-geral Stalin e Leon Trotsky. A oposição Stalin-Trotsky refletia duas concepções diferentes do socialismo, enquanto Stalin defendia o socialismo em um só país, focando mais no desenvolvimento interno da URSS, Trotsky defendia a revolução mundial, buscando derrubar o capitalismo em todos os países. No final, Trotsky foi derrotado politicamente, sendo expulso da União Soviética e ficando exilado no México até ser assassinado por Stalin em 1940.<sup>118</sup>

Em 1927, após vencer o conflito com Trotsky, Stalin conseguiu consolidar seu poder e a União Soviética viveu a chamada "Era de Stalin". Durante esse período, a URSS viveu um estado totalitário, modelado por um líder detentor de todos os poderes e que buscava reformar o socialismo no país.<sup>119</sup>

Durante sua liderança da União Soviética, Stalin fez uso frequente da polícia secreta e dos *gulags*<sup>120</sup> para remodelar a sociedade socialista. Tal fato ficou evidente no ano de 1936, quando o regime de Stalin expulsou e executou milhares de membros do partido, que ficaram conhecidos como os "Grandes Expurgos".<sup>121</sup>

No contexto das vésperas da Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1939, o governo soviético decidiu melhorar as relações com a Alemanha

---

<sup>117</sup> *Ibidem*

<sup>118</sup> CONQUEST Robert. et al. **Soviet Union**. Britannica. 26 de julho de 1999. Disponível em: Britannica. Acesso em: 9 de março de 2024.

<sup>119</sup> *Ibidem*

<sup>120</sup> Imenso sistema de campos de trabalho forçado - Alexopoulos, Golfo.

<sup>121</sup> BRITANNICA. **Great Purge**. Disponível em: Britannica. Acesso em: 10 mar. 2024.

através do Pacto *Molotov-Ribbentrop*, prometendo a não agressão entre os dois países e dividindo suas esferas de influência na Europa Oriental. Enquanto Hitler invadiu a Polônia, a União Soviética recuperou alguns de seus antigos territórios do Império Russo, invadindo a Polônia, a Finlândia e os países Bálticos.<sup>122</sup>

Porém, em junho de 1941, a Alemanha Nazista quebrou o Pacto *Molotov-Ribbentrop* ao promover uma invasão no território soviético, mobilizando o que veio posteriormente a ser reconhecido como a mais poderosa e notável invasão da história. De início, o exército alemão, em seus primeiros estágios de ofensiva, obteve sucessos significativos, contudo, sua progressão foi interrompida nas devastadoras Batalha de Moscou e Batalha de Stalingrado que ocorreram durante o inverno de 1942 a 1943.<sup>123</sup>

Após as aludidas derrotas, a URSS, sob a administração de Stalin e a liderança de comandantes como Gueorgui Jukov e Konstantin Rokossovsky, avançou com as forças soviéticas até chegarem à Europa Oriental entre 1944 e tomarem Berlim em maio de 1945, dando fim à guerra na Europa e ao regime nazista.<sup>124</sup>

Passada a guerra, Stalin acabou morrendo em 5 de Março de 1953. Desse modo, sua morte deixou um vazio no poder que levou a uma disputa interna entre Malenkov, Beria, Molotov e Khrushchov, com este último findando vencedor.

Ao assumir o poder, Nikita Khrushchov empreendeu uma política de denúncia aos abusos do líder anterior, iniciando, a partir dessa época, o processo de diminuição dos aparatos autoritários do regime da União

---

<sup>122</sup> GILBERT, Martin. **A Segunda Guerra Mundial**. 1º ed. Portugal: Dom Quixote, 2009, p. 26.

<sup>123</sup> GILBERT, Martin. **A Segunda Guerra Mundial**. 1º ed. Portugal: Dom Quixote, 2009, pág. 342-570

<sup>124</sup> GILBERT, Martin. **A Segunda Guerra Mundial**. op cit, p. 1105-1119.

Soviética. No início da sua administração, a União Soviética criou a Aliança do Pacto de Varsóvia e entrou em uma luta pela dominação global contra os Estados Unidos e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), período conhecido como Guerra Fria.<sup>125</sup>

Nesse contexto, a União Soviética apoiou movimentos revolucionários em todo o mundo, como na China, Coreia do Norte e Cuba. Destaca-se, porém, que a partir de 1956, Khrushchov divulgou uma série de crimes de Stalin, renegando a herança do stalinismo e estabelecendo assim uma nova postura para o comunismo internacional, alinhada a um paradigma liberal.<sup>126</sup>

Nessa era, houve a liberalização da produção de bens de consumo e também numerosas reformas do plano externo. Khrushchov utilizou da chamada coexistência pacífica, a qual afirmava a coexistência pacífica do bloco comunista com os Estados capitalistas. Contudo, tal postura não repercutiu de maneira positiva ante todas as potências comunistas, a China de Mao Tsé-Tung, por exemplo, não concordou com a nova política, deteriorando, por isso, as relações entre os dois países.<sup>127</sup>

Por conseguinte, ainda no contexto da Guerra Fria, pertine evidenciar que a União Soviética viu-se envolvida em uma corrida pela conquista do espaço com os Estados Unidos, sendo a nação que tomou a dianteira na exploração espacial ao enviar o primeiro satélite artificial, o *Sputnik*, e o primeiro homem ao espaço.<sup>128</sup>

---

<sup>125</sup> SAWKA, Richard. **The Rise and Fall of the Soviet Union - 1917-1991**. 1º ed. London: Taylor & Francis e-Library, 2005, p. 302.

<sup>126</sup> SAWKA, Richard. **The Rise and Fall of the Soviet Union - 1917-1991**. op cit, 340-341, p. 311-312.

<sup>127</sup> KENEZ, Peter. **A History of the Soviet Union from the Beginning to the End**. 2º ed. London: Cambridge University Press, 2006, p. 207-209

<sup>128</sup> CHERTOK, Boris Evseyevich. **Rockets and People: Volume III: Hot Days of the Cold War**. Washington, Dc: Asif Siddiqi, Series Editor, 2009.

As disputas com o Estados Unidos, não se restringiram a meros embates tecnológicos, desencadeando uma série de fatos que corroeram a imagem soviética perante a comunidade internacional, sendo, nesse contexto, o ato mais dramático relativo ao episódio da Crise dos Mísseis de Cuba em 1962<sup>129</sup>, graças a essa e outras crises, o Comitê Geral do Partido Comunista pressionou Khrushchov a renunciar, fato ocorrido em 1964.<sup>130</sup>

No mesmo ano, Khrushchev foi sucedido por Leonid Brejnev, que assumiu a liderança da União Soviética em um período de grande instabilidade, destacando-se o enfraquecimento de países aliados, o tensionamento das relações internacionais com a China, os constantes cenários conflituosos com os Estados Unidos e uma divisão política que surgia dentro do partido. Diante de tal cenário, a posse de Brejnev acabou representando no retorno do poder mais conservados ao partido, desenvolvendo-se, em face disso, a famigerada a política da teoria da soberania limitada, que pretendia manter a União Soviética como o eixo socialista no mundo, com as demais nações alinhadas a Moscou..<sup>131</sup>

Essa política promoveu a hegemonia socialista, o culto da personalidade e a manutenção da burocracia na política. Durante a era Brejnev, foi tentado reabilitar o nome de Stalin, que não era pronunciado pelos líderes soviéticos havia quase dez anos. A simbologia comunista, incluindo as referentes à Stalin, divulgadas em propagandas, paradas

---

<sup>129</sup> Período de grande tensão diplomática entre os EUA e a URSS devido a descoberta de uma base de mísseis soviéticos que estava em construção em Cuba.

<sup>130</sup> KENEZ, Peter. **A History of the Soviet Union from the Beginning to the End**. 2º ed. London: Cambridge University Press, 2006, p. 336-338.

<sup>131</sup> CONQUEST Robert. et al. **Soviet Union**. Britannica. 26 de julho de 1999. Disponível em: :<https://www.britannica.com/place/Soviet-Union>. Acesso em: 9 de março de 2024.

militares, assim como a expulsão e perseguição de críticos do regime, foram uma das principais características do governo de Brejnev.<sup>132</sup>

Em 1979, a União Soviética expandiu sua esfera de influência, invadindo o Afeganistão.<sup>133</sup> Durante a era Brejnev, com o tempo, a situação política do país se estabilizou, e o partido concordou em seguir uma linha neutra com relação à liberalização iniciada por Khrushchov.<sup>134</sup>

Nessa época, a URSS atingiu o seu auge político, militar e econômico, tendo grande influência em todo o mundo, desde a economia até os esportes, com as Olimpíadas de 1980 em Moscou. O povo soviético, que anteriormente havia sofrido com instabilidade e insegurança alimentar, durante esse período viveu uma grande melhora na qualidade de vida em relação às décadas anteriores.

Em 1982, após vinte anos de governo, Brejnev morreu inesperadamente, sendo seu cargo sucedido por Yuri Andropov, ex-chefe da KGB, que deu início a uma reforma política no país. Contudo, o mandato de Andropov logo foi interrompido em razão de uma doença que o levou à morte em 1984.<sup>135</sup>

Assim, neste ano, Konstantin Chernenko, burocrata e homem de confiança de Brejnev, assumiu, mesmo idoso e adoentado, a presidência da URSS. Contudo, após um ano de governo, Chernenko teve que ser internado às pressas, ocasião em que acabou sendo constatado o seu falecimento precoce logo no início de 1985. A morte de

---

<sup>132</sup> *Ibidem*

<sup>133</sup> TSAWKA, Richard. **The Rise and Fall of the Soviet Union - 1917-1991**. 1º ed. London: Taylor & Francis e-Library, 2005, p. 350.

<sup>134</sup> SAWKA, Richard. **The Rise and Fall of the Soviet Union - 1917-1991**. op cit, 340-341.

<sup>135</sup> CONQUEST Robert. et al. **Soviet Union**. Britannica. 26 de julho de 1999. Disponível em: Britannica. Acesso em: 9 de março de 2024.

Chernenko representou o fim de uma geração de políticos soviéticos caracterizados por manter posturas políticas conservadoras.<sup>136</sup>

Quem sucedeu o cargo de liderança soviético foi o jovem Mikhail Gorbachev, um líder soviético mais jovem e flexível e bom relacionamento dentro do partido. No início dos anos 80, a União Soviética enfrentava uma estagnação econômica decorrente da rigidez do sistema planejado e da transição inadequada do modelo *fordista* para o *toyotista*. Para enfrentar essa crise, Gorbachev introduziu a *Perestroika*, projeto buscando a reconstrução econômica, e a *Glasnost*, projeto visando a transparência política. No entanto, essas reformas não conseguiram reverter a crise, agravada pelo desastre nuclear de *Chernobyl* em 1986.<sup>137</sup>

O impacto das políticas de Gorbachev foi evidente nas primeiras eleições livres no mundo socialista e na queda dos regimes semelhantes na Europa Oriental. Em 1991, uma tentativa de golpe falhou, precipitando a fragmentação da União Soviética que, em dezembro do mesmo ano, teve a dissolução oficial declarada, marcando o fim da URSS e o início de uma nova era na história russa - o federalismo russo. Então, após a queda da URSS, em junho de 1991, foi organizada a primeira eleição direta e presidencial da história russa, consagrando Boris Yeltsin como o vencedor do pleito. Importa elucidar que após a desintegração soviética, amplas reformas de caráter liberal foram efetivadas no país, como a realização de privatizações e abertura do mercado.<sup>138</sup>

---

<sup>136</sup> *Ibidem*

<sup>137</sup> KENEZ, Peter. A History of the Soviet Union from the Beginning to the End. 2º ed. London: Cambridge University Press, 2006, pág. 263-275

<sup>138</sup> TIKKANEN, Amy. et al. **Boris Yeltsin**. Britannica. 26 de julho de 1999. Disponível em: Britannica. Acesso em: 9 de março de 2024.

Os anos 1990 na Rússia foram marcados por uma grave crise econômica, decorrente tanto do processo descontrolado de adesão ao regime neoliberal, como também da assunção de responsabilidade pela liquidação de dívidas externas adquiridas na época do regime soviético. Ademais, crises políticas e conflitos internos armados também marcaram negativamente o início da federação russa.

Dessarte, em 31 de Dezembro de 1999, o Presidente Yeltsin, extremamente afetado pela pressão do regime de transição renunciou ao mandato, entregando o posto para o recém-nomeado primeiro-ministro, ex-membro da KGB, Vladimir Putin, que se mantém no poder até os dias atuais.

#### 4.1.2. Contexto histórico da ucrânia

Conforme já estabelecido no item antecessor, a Ucrânia divide com a Rússia o mesmo paradigma de formação, relativo ao estabelecimento dos povos eslavos na região de Kiev, à época reconhecida como Rus de Kiev, e seu posterior desenvolvimento como uma sociedade organizada.<sup>139</sup>

A Rus de Kiev, segundo consta nos relatos da “Crônica Primária”, surgiu por volta dos anos 879, sob a liderança do viking Oleg. De sua liderança, destaca-se, adveio a dinastia Rurik, responsável por governar o território até o seu esfacelamento com a invasão dos bárbaros no século XII.<sup>140</sup>

De consequência ao supracitado, a região de Kiev, que antes da invasão se configurava como o centro político mais importante da Rússia, tornou-se uma unidade provinciana submetida à Moscou, que fora eleita como núcleo do Estado. Segundo Ploky: “a chegada dos

---

<sup>139</sup> FREEZE, Gregory L. **Russia: A History**. 2º ed. New York: Oxford University Press, 2002.

<sup>140</sup> BRITANNICA. **Kievan Rus**. Disponível em: Britannica. Acesso em: 13 mar. 2024.

mongóis acabou com a ilusão da unidade política do reino de Kiev e pôs fim à unidade eclesiástica muito real das terras da Rus".<sup>141</sup>

Ademais, o processo de dominação dos mongóis nas províncias de Rus, incluso a região de Kiev, foi promovido com grande violência e deixando grande rastro de destruição e mortandade.<sup>142</sup>

Ainda assim, a região de Kiev, que outrora a invasão havia se estabelecido como uma das grandes cidades da Europa, postou-se resiliente, muito em razão, é verdade, da sua grandiosidade, não minguando em face do horror que presenciara. Sobre isso, Orest Subtelny traz o seguinte apontamento:

À medida que cada vez mais principados seguiam o seu próprio caminho, a riqueza, a população e o território de Kiev foram diminuindo até que a sua posição era pouco superior à dos outros principados. Foi nesta altura que a cidade de Kiev e as suas terras circundantes passaram a ser designados a terra da Rus. No entanto, Kiev continuava a ser um prêmio aliciante. Quem a adquirisse, não só gozava do prestígio de governar "a mãe das cidades da Rus", como também podia reivindicar ser o membro sênior da dinastia Rurik. Porque era o lar de uma metrópole e de um dos principais locais de mosteiros e igrejas, a cidade permaneceu o centro cultural e religioso indiscutível, e se não político, de toda a Rus. Mesmo com o declínio da sua população e do seu território, Kiev e as suas terras continuavam a ser das mais desenvolvidas e populosas de toda a Ucrânia.<sup>143</sup>

No entanto, destaca-se que os ativos de Kiev também se tornaram seu passivo, afinal, a atração ofertada por este grande centro político acabou atraindo o interesse de diversas nações, fazendo com que a cidade

---

<sup>141</sup> PLOKHY, Serhii. **The Origins of The Slavic Nations – Premodern Identities in Russia, Ukraine, and Belarus**. 1º ed. New York: Cambridge University Press, 2006, pág. 78.

<sup>142</sup> CARTWRIGHT, Mark. **A Invasão Mongol da Europa**. World History Encyclopedia. 2 de outubro de 2019. Disponível em: World History. Acesso em: 13 de março de 2024.

<sup>143</sup> SUBTELNY, Orest. **Ukraine: A History**. 4º ed. Canada: University of Toronto Incorporated, 2009, pág. 38.

ucraniana se tornasse palco de diversas invasões e disputas, com a perpetuação de saqueamentos e violências para com os nativos da região.<sup>144</sup>

Tal cenário, ao fim, acabou se materializando em um longo período de dominação estrangeira no território ucraniano, destacando-se o período polônes-lituânio e a era dos Cossacos.<sup>145</sup>

Dessarte, com relação ao período dos Cossacos, destaca-se que estes foram uma população que ocuparam e defenderam a região fronteira da Ucrânia contra as incursões tártaras, grupo étnico de origem turcootomana, que decorreram na época. Nesse ínterim, o governo polonês aproveitou a força de combate constituída pelos Cossacos para repelir as intencões tártaras. Porém, em tempos de paz, o referido governo definiu que os Cossacos eram uma ameaça a sua soberania, insuflando, por tal, tentativas de controle institucional sobre a referida população que refletiam, para além das questões beligerantes, em aspectos relacionados à ordem social e religiosa.<sup>146</sup>

Em consequência das tensões supracitadas, em 1648, o povo Cossaca promoveu, sob a liderança de Bohdan Khmelnytsky, um levante contra o governo polaco, posteriormente reconhecido como “A Grande Rebelião”. Desse processo a Ucrânia foi partilhada entre a Polônia e a Rússia, mediante o firmamento do tratado de Pereyaslav:

A resposta da Rada veio rapidamente e foi histórica: um voto unânime pela associação e proteção russa. O czar, em troca, fez pelos Cossacos o que não faria por nenhum outro povo: concordou que os Cossacos poderiam manter um exército de 60.000 soldados, eleger seu próprio hetman, administrar suas terras e coletar seus próprios impostos. Eles até poderiam manter sua própria política externa,

---

<sup>144</sup> *Ibidem*

<sup>145</sup> *Ibidem*

<sup>146</sup> YEROFEYEV, Ivan Alekseyevich. **Ukraine**. Britannica. 26 de julho de 1999. Disponível em: Britannica. Acesso em: 13 de março de 2024.

exceto por uma coisa: quando se tratasse de se comunicar com a Polônia ou a Turquia, na época o Império Otomano, os dois principais adversários da Rússia, eles teriam primeiro que consultar o czar. Esse acordo foi incorporado ao histórico Tratado de Pereyaslav, que codificou a subordinação ucraniana ao domínio russo.

147

Contudo, o tratado de Pereyaslav acabou não consequenciando em um período de estabilidade para o povo ucraniano:

Vinte anos após a morte de Khmelnytsky, os sucessos alcançados contra um inimigo comum foram anulados pela lamentável incapacidade dos ucranianos de se unirem em prol de um objetivo comum. Seu fracasso resultou na perda da oportunidade promissora criada pela revolta de Khmelnytsky para alcançar a autodeterminação política.<sup>148</sup>

Nesse contexto, a incapacidade de união do povo ucraniano acabou sendo um fator determinante para a decorrência do processo histórico alcunhado de “A Ruína”, o qual, devido justamente a inoperância da união ucraniana, acabou consequenciando em novo vilipêndio a sua autonomia, com o território findando dividido entre a Rússia e Polônia através do “Tratado da Paz Eterna”.<sup>149</sup>

Assim, em 1667, o território ucraniano foi dividido em duas partes: a oeste, conhecida como Margem Direita, pertencente à Polônia; e a leste, conhecida como Margem Esquerda, pertencente à Rússia.<sup>150</sup>

Importa destacar que a Margem Esquerda possuía um regime de autonomia interna até 1765, quando esta foi abolida e submetida ao poder do governo de Catarina II. Com relação ao regime Polaco,

---

<sup>147</sup> KALB, Marvin. **Imperial Gamble: Putin, Ukraine and the New Cold War**. 1° ed. Washington: Brookings Institution, 2015, pág. 47.

<sup>148</sup> SUBTELNY, Orest. **Ukraine: A History**. 4° ed. Canada: University of Toronto Incorporated, 2009, 139.

<sup>149</sup> SUBTELNY, Orest. **Ukraine: A History**. op cit, 139-153.

<sup>150</sup> *Ibidem*

destaca-se que esse manteve até 1795, tendo degradingolado em razão das Partições da Polônia e se tornado região anexa ao Estado russo.<sup>151</sup>

Após a abolição de ambas as organizações, as terras ucranianas foram reorganizadas em províncias russas administradas por governadores nomeados por São Petersburgo. O domínio se estendeu até o início do século XX, e nesse período a Rússia promoveu uma russificação gradual da nobreza ucraniana e uma repressão das peculiaridades culturais e religiosas ucranianas.<sup>152</sup>

Contudo, ainda no limiar do período supracitado, decorreu-se um processo de ressurgimento cultural ucraniano, liderado por figuras como Taras Shevchenko, que a despeito de políticas repressivas do Estado russo, conseguiu insuflar movimentos de viés culturais e políticos que ajudaram a fomentar um nacionalismo ucraniano, refletindo em seus processos de independência posteriores.<sup>153</sup>

Desses processos, o contexto que perpassa a Primeira Guerra Mundial até a Revolução Russa de 1917 prontifica absoluto destaque. Pois, com o colapso russo advindo da sua participação na guerra e a consequente insurgência revolucionária, a região da Ucrânia acabou se transformando em um palco de grande disputa, sendo protagonizado em seu território diversos conflitos internos e externos, incluindo entre bolcheviques e invasores alemães. Conquanto, em Novembro 1917, devido ao aludido processo, o movimento nacionalista da ucrânia conseguiu proclamar a República Nacional da Ucrânia.<sup>154</sup>

---

<sup>151</sup> *Ibidem*

<sup>152</sup> YEROFEYEV, Ivan Alekseyevich. **Ukraine**. Britannica. 26 de julho de 1999. Disponível em: Britannica. Acesso em: 13 de março de 2024.

<sup>153</sup> SUBTELNY, Orest. **Ukraine: A History**. 4º ed. Canada: University of Toronto Incorporated, pág. 292-296.

<sup>154</sup> SUBTELNY, Orest. **Ukraine: A History**. 4º ed. Canada: University of Toronto Incorporated, 2009.

Destaca-se, porém, que tal movimento durou poucos, pois a Guerra Civil na Ucrânia perdurou, culminando na formação do Tratado de Riga de 1921, que dividiu a Ucrânia entre a Polônia e a União Soviética.<sup>155</sup>

Por conseguinte, observa-se que desde essa época a influência da Rússia sobre a Ucrânia foi aumentando gradualmente, atingindo seu ápice com a criação da União Soviética, que delegou ao Partido Comunista (Bolchevique) da Ucrânia (PC(B)U) o controle da localidade – enquanto este, claro, estaria subordinado ao Partido Comunista Russo.<sup>156</sup>

A dominação soviética na região ucraniana, sobretudo durante a liderança de Stalin, pautou-se em processo de repressão dos comunistas ucranianos e na intensificação da industrialização e coletivização na Ucrânia, levando a uma rápida transformação econômica e social, mas também causando sérios impactos no campesinato, assim como na implementação de políticas russificadoras.<sup>157</sup>

Do aludido processo de repressão, destaca-se o alardeado caso do *Holodomor*, no qual, durante os anos de 1932 e 1933, milhões de ucranianos teriam morrido de fome devido a políticas perpetradas pelo estado soviético. Conforme elucida Andrea Graziosi:

A decisão usar a fome, fortalecendo-a enorme e artificialmente, para transmitir uma lição aos camponeses que recusaram a nova servidão foi assim tomada no outono de 1932, quando a crise causada pelo primeiro plano quinquenal atingiu o pico e a esposa de Stalin cometeu suicídio. A punição foi tragicamente simples: quem não trabalha - isto é, não aceita o sistema kolkhoz - não come. Stalin sugeriu sobre tal

---

<sup>155</sup> YEROFEYEV, Ivan Alekseyevich. **Ukranie**. Britannica. 26 de julho de 1999. Disponível em: Britannica. Acesso em: 13 de março de 2024.

<sup>156</sup> SUBTELNY, Orest. **Ukraine: A History**. 4º ed. Canada: University of Toronto Incorporated, 2009, pág. 383-384.

<sup>157</sup> PLOKHY, Serhii. **The Origins of The Slavic Nations – Premodern Identities in Russia, Ukraine, and Belarus**. 1º ed. New York: Cambridge University Press, 2006.

política em sua famosa correspondência de 1933 com Mikhail Sholokhov. Os "estimados produtores de grãos" de Don Corleone, em nome dos quais o escritor implorou, tinham travou - escreveu Stalin - uma "guerra 'secreta' contra o poder soviético, uma guerra na qual" - ele acrescentou, invertendo os papéis - "usaram a fome como arma", e da qual foram agora arcando com as consequências; isto é, implicitamente, fome.<sup>158</sup>

Então, observa-se que a política repressiva do governo soviético, o qual teve no *Holodomor* seu estado mais dramático, foram absolutamente fundamentais para o nascimento e crescimento do ufanismo ucraniano, que findou na formação da Organização dos Nacionalistas Ucranianos (OUN).<sup>159</sup>

Anos à frente, durante a Segunda Guerra Mundial, destaca-se a Ucrânia Ocidental foi inicialmente ocupada pela União Soviética e, em seguida, pelo Terceiro Reich. Os nazistas estabeleceram um governo colaboracionista na região, enquanto os soviéticos intensificaram a repressão e deportações em massa.

Evidencia-se que a ocupação alemã resultou em atrocidades contra judeus e políticas de trabalho forçado. Desse modo, a OUN atuou contra os nazistas, mas também contra os soviéticos, conseguindo, no final, a derrota alemã, mas não a independência da Ucrânia, que foi reunificada ao domínio russo.

Em conclusão, a Ucrânia acabou fazendo parte da União Soviética por 70 anos. Nesse contexto, destaca-se que os anos de ruir da União Soviética foram marcados por graves crises econômicas, assim como a

---

<sup>158</sup> GRAZIOSI, Andrea. **The Soviet 1931-1933 Famines and the Ukrainian Holodomor: Is a New Interpretation Possible, and What Would Its Consequences Be?**. Harvard Ukrainian Studies, v. 27, n. 1/4, p. 97-115, 2004.

<sup>159</sup> KALB, Marvin. **Imperial Gamble: Putin, Ukraine and the New Cold War**. 1º ed. Washington: Brookings Institution, 2015.

decorrência de diversos fatos históricos negativos e sensíveis ao povo ucraniano, como o Holodomor e o desastre de Chernobyl, findaram com a inevitável separação da Ucrânia.<sup>160</sup>

Assim, em 1990, um ano após a queda do Muro de Berlim, centenas de milhares de pessoas ocuparam as ruas e rodovias que ligavam a capital Kiev a outras cidades para clamar pela independência do país.<sup>161</sup> No mesmo ano, o Parlamento local aprovou uma lei que decretava a primazia do sistema legal ucraniano sobre o sistema soviético, e as infundáveis pressões populares, sobretudo no processo da Revolução do Granito<sup>162</sup>, conseguiram contemplar o seu intento e declarar a independência ucraniana em 1º de Dezembro de 1991.

#### 4.2. O conflito Rússia X Ucrânia;

De início, é necessário relembrar que a situação atual, na qual se encontra o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, na verdade, é o estopim de anos de instabilidades políticas entre esses Estados. Em uma retrospectiva histórica, sabe-se que apesar da dissolução da União Soviética no século XX, a OTAN continuou investindo em zonas de influência por toda a Europa, incluindo países como a Ucrânia, detentora de uma grande faixa territorial de fronteira com a Rússia.<sup>163</sup>

Contudo, também vale acrescentar que tal proximidade ocidental ao território Russo não é bem recebida, pois, além de todo contexto histórico que sucede desde a Guerra Fria, a OTAN, como Tratado Internacional Militar, é capaz de instalar bases militares em Estados

---

<sup>160</sup> YEROFEYEV, Ivan Alekseyevich. **Ukraine**. Britannica. 26 de julho e 1999. Disponível em: Britannica. Acesso em: 13 de março de 2024.

<sup>161</sup> *Ibidem*

<sup>162</sup> Conjunto de ações revoltosas lideradas por estudantes ucranianos contra o governo comunista.

<sup>163</sup> Brasil, BBC. Qual o Papel da OTAN no Confronto entre Rússia e Ucrânia? São Paulo. 2 mar. 2022. Disponível em: BBC Brasil. Acesso em: 18 maio 2024.

membros do tratado com a sua permissão expressa, o que importaria em um território de influência militar ocidental na fronteira russa. Por essa razão, existe o interesse russo na manutenção da influência sob o seu vizinho.<sup>164</sup>

Acerca disso, a seguinte imagem representa a expansão da OTAN desde 1997 no território do leste europeu:

Imagem I - expansão da OTAN desde 1997



Fonte: BBC News<sup>165</sup>

Sob essa perspectiva, também é necessário lembrar que a República Popular da Ucrânia é um Estado recém-formado, que teve sua independência apenas em 1991, após a dissolução da União

<sup>164</sup> Brasil, BBC. O Que Se Sabe Sobre a Base Militar Estratégica Ucraniana Perto Da Polônia Que Foi Atacada Pela Rússia. Disponível em: BBC Brasil. Acesso em: 20 de abril de 2024.

<sup>165</sup> Brasil, BBC. Qual o Papel da OTAN no Confronto entre Rússia e Ucrânia? São Paulo. 2 mar. 2022. Disponível em: BBC Brasil. Acesso em: 18 maio 2024.

Soviética.<sup>166</sup> Sendo assim, possui seus próprios conflitos regionais, intensificados em áreas como a capital Kiev, a qual recebeu mais contato com a Europa ocidental – de caráter separatista contra a influência russa –, e o leste ucraniano, – nas províncias de Donetsk e Lugansk –, com contato direto russo – onde parte considerável da população é de descendência russa.

Vejam os a imagem a seguir para melhor compreensão territorial:

Imagem II: Mapa geográfico das regiões de Lugansk e Donetsk.



Fonte: Conselho Nacional de Segurança e Defesa da Ucrânia (BBC news).<sup>167</sup>

Nesse contexto, sobreveio então, em 2014, a Revolução Ucraniana, que teve início em Kiev, capital da Ucrânia, com várias manifestações e protestos, movimentos que ficaram conhecidos como *Euromaidan*, contra o presidente eleito Viktor Yanukovich, o acordo de cooperação negado foi com a União Europeia, e não OTAN. Mais especificamente, foi o European Union–Ukraine Association Agreement. Tais distúrbios foram ensejados pela divisão de interesses da população ucraniana,

<sup>166</sup> CAMPOS, Mateus. **Ucrânia: história, cultura, curiosidades, mapa**. Disponível em: Mundo Educação. Acesso em: 12 de mar. 2024.

<sup>167</sup> BRASIL, BBC. Rússia Invade Ucrânia: 10 Questões para Entender a Crise. São Paulo, 22 fev. 2022. Disponível em: BBC Brasil. Acesso em: 16 maio 2024.

que, parte queria uma maior integração com a Rússia, e parte apoiava uma aproximação com a União Europeia.<sup>168</sup>

De acordo com o Kremlin<sup>169</sup>, o então presidente ucraniano, Viktor Yanukovich, enviou uma carta ao presidente russo, Vladimir Putin, solicitando uma intervenção para restaurar a ordem na Ucrânia.<sup>170</sup> Os tumultos se aceleraram<sup>171</sup>, ficando conhecidos como a Revolução da Dignidade, resultando na destituição de Yanukovich e na instauração de um novo governo interino, com a restituição das emendas constitucionais de 2004 e a convocação de novas eleições presidenciais, ocorridas em 25 de maio de 2014, em que o pró-Occidente Petro Poroshenko emergiu como o vencedor.<sup>172</sup>

Como reação a essa disrupção política, afloraram protestos em outras partes da Ucrânia, que culminaram com a declaração de independência das regiões de Donetsk e Luhansk por forças separatistas e irregulares armados por Moscou, autoproclamadas Repúblicas Populares em 7 e 27 de abril, respectivamente.<sup>173</sup>

Paralelo à crise de 2014, parte separatista do leste ucraniano se opusera aos eventos em Kiev e reivindicou laços estreitos ou a

---

<sup>168</sup>BBC. Ukraine: Speaker Oleksandr Turchynov Named Interim President. 23 fev. 2014. Disponível em: BBC. Acesso em: 18 maio 2024.

<sup>169</sup> Construção arquitetônica em que reside o presidente russo, sendo essa expressão utilizada para designar o governo russo, como “Palácio da Alvorada” designa o governo brasileiro.

<sup>170</sup> BRASIL, BBC News. **Por que a invasão da Crimeia em 2014 é relevante agora.** São Paulo, 01 de mar. de 2022. Disponível em: BBC Brasil. Acesso em: 12 de mar. de 2024.

<sup>171</sup> BRASIL, BBC News. **Destituição de presidente agrava turbulência na Ucrânia.** São Paulo, 22 de fev. de 2014. Disponível em: BBC Brasil. Acesso em: 12 de mar. de 2024.

<sup>172</sup> PAÍS, El. **Poroshenko vence as eleições presidenciais na Ucrânia.** Kiev, Rússia, 25 de maio de 2014. Disponível em: El País. Acesso em: 12 de mar. de 2024.

<sup>173</sup> *Ibidem*

integração com a Rússia, além da autonomia ou possível independência da Crimeia, o que inaugurou a instabilidade a qual posteriormente ensejaria a anexação da península da Crimeia ao território russo.<sup>174</sup>

Nas regiões de Lugansk e Donetsk, em resposta à Revolução da Dignidade, manifestantes pró-russos e forças especiais russas invadiram a Crimeia, sendo instalado um governo pró-russo na região, o qual, após conduzir um plebiscito, resultou enfim na declaração de independência da Crimeia, em 16 de março de 2014.

Assim, em 18 de março, a Rússia incorporou a Crimeia como duas entidades federadas, a República da Crimeia e a cidade federal de Sebastopol, aumentando sua presença militar na península.<sup>175</sup>

O primeiro indício claro da separação da Crimeia da Ucrânia surgiu em 28 de fevereiro de 2014, quando a Rússia estabeleceu postos de controle em Armyansk e Chongar, os principais pontos de passagem rodoviária entre a Ucrânia continental e a península da Crimeia.<sup>176</sup> Kiev denunciou a Rússia por interferência nos assuntos internos da Ucrânia, enquanto o lado russo negou oficialmente essas acusações. Sob pressão, o Conselho Supremo da Crimeia destituiu o governo da república autônoma e substituiu o presidente do Conselho de Ministros da Crimeia, Anatolii Mohyliov por Sergey Aksyonov.<sup>177</sup>

Em 1º de março, o Parlamento russo concedeu ao presidente Vladimir Putin a autoridade para empregar força militar na Ucrânia<sup>178</sup>, em

---

<sup>174</sup> *Ibidem*

<sup>175</sup> BUMBIERIS, João Victor Scherrer. **A Guerra Russo Ucraniana e Seus Impactos para o Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2022.

<sup>176</sup> *Ibidem*

<sup>177</sup> Alissa de Carbonnel; Alessandra Prentice (28 de fevereiro de 2014). «Armed men seize two airports in Ukraine's Crimea, Yanukovich reappears». Reuters

<sup>178</sup> SMALE, Alison; ERLANGER, Steven. **Ukraine Mobilizes Reserve Troops, Threatening War**. The New York Times, 01 de mar. de 2014. Disponível em: The New York Times. Acesso em: 12 de mar. de 2024.

resposta a um pedido não oficial de auxílio do líder pró-Moscou, Sergey Aksyonov<sup>179</sup>. Esta ação foi condenada pelos Estados Unidos e seus aliados<sup>180</sup>, que instaram a Rússia a se retirar da região.

Cumprе salientar que a invasão da Crimeia é motivada por diversos interesses, incluindo a expansão de gasodutos e a importância estratégica da base militar localizada entre o Mar Mediterrâneo e o Mar Negro.<sup>181</sup>

Tentativas de cessar-fogo se seguiram, dentro do contexto do Grupo da OSCE (Ucrânia, Rússia, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa – OSCE), e também por mediação pelos chefes de Estado da França e Alemanha, com a assinatura dos Protocolo de Minsk I e II.<sup>182</sup>

O último acordo consistiu em um conjunto de medidas de tentativas de cessar-fogo, tais como: a retirada de armamento pesado da linha de frente, equipamento militar e mercenários dos territórios em disputa, desarmamento de todos os grupos paramilitares, libertação de prisioneiros de guerra, reforma constitucional na Ucrânia para conferir autonomia em certas regiões de Donetsk e Luhansk além da devolução do controle sobre a fronteira ucraniana ao governo russo.<sup>183</sup>

No início de 2021, a Rússia iniciou um processo de mobilização de grandes contingentes militares em torno das fronteiras ucranianas. Após reconhecer oficialmente as Repúblicas Populares de Luhansk e a de

---

<sup>179</sup> Ukraine crisis: Crimea leader appeals to Putin for help. BBC NEWS, Londres, 01 de março de 2014. Disponível em: BBC. Acesso em: 12 de mar. de 2024.

<sup>180</sup> TERRA. **Kerry condena ato de agressão na Ucrânia e ameaça Rússia.** São Paulo, 02 de março de 2014. Disponível em: Terra. Acesso em: 12 de mar. de 2024.

<sup>181</sup> PAULO, Folha de São. **Saiba mais sobre a crise entre Ucrânia e Rússia.** São Paulo, 14 de março de 2014. Disponível em: Folha de São Paulo. Acesso em: 12 de mar. de 2024.

<sup>182</sup> DEPUTADOS, Câmara dos. A Guerra Russo Ucraniana e seus Impactos para o Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, maio de 2022. Mensal. Disponível em: Câmara dos Deputados. Acesso em: 16 maio 2024.

<sup>183</sup> *Ibidem.*

Donetsk e declarar a nulidade dos acordos de Minsk, em 22 de fevereiro, a Rússia, por fim, invadiu a Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022.<sup>184</sup>

#### 4.2.1. Repercussão Externa

O Tribunal Penal Internacional investiga a Rússia desde 2014, quando a Promotora Fatou Bensouda afirmou, à época, que haviam indícios de crimes de guerra e crimes contra a humanidade<sup>185</sup>, e em 28 de fevereiro de 2022, quatro dias após a invasão russa à Ucrânia, a primeira-ministra da Lituânia, Ingrida Simonyte, solicitou a abertura de uma investigação sobre possíveis crimes de guerra cometidos pela Rússia e por Belarus, e afirmou: “O que (Vladimir) Putin está fazendo é assassinato, e espero que ele vá para Haia.” Após isso, o TPI reabriu as investigações por crimes de guerra no contexto do conflito renovado.<sup>186</sup>

Após rápido avanço das tropas russas, a resistência ucraniana demonstrou uma força inesperada e, com cada vez mais ajuda de países ocidentais em aparato militar e compartilhamento de inteligência, conseguiu repelir a tentativa de tomada de Kiev. Estados Unidos e diversos países europeus aliados têm sustentado uma campanha internacional de retaliação às ofensivas russas por meio de sanções econômicas e financeiras, contra a Federação Russa, bem como contra indivíduos da liderança política, militar e econômica desses países.<sup>187</sup>

Sobre os embargos econômicos atuais, um dos de mais destaque foi a retirada da Rússia do sistema de comunicações bancárias internacionais

---

<sup>184</sup> *Ibidem*

<sup>185</sup> PADINGER, Germán. **Putin pode ser preso após Tribunal de Haia emitir mandado de prisão?** Disponível em: CNN Brasil. Acesso em: 13 mar. 2024.

<sup>186</sup> BRASILIENSE, Correio. **Putin pode ser réu em Haia.** Disponível em: Correio Brasiliense. Acesso em: 13 mar. 2024.

<sup>187</sup> *Ibidem*.

“Swift” pelos Estados Unidos e Alemanha. Nesse ensejo, a tentativa era de enfraquecer a troca cambial da Rússia com outros países, uma vez que esse é um dos sistemas mais rápidos e seguros para empresas e países fazerem negociações em diferentes moedas.<sup>188</sup>

Como resposta à medida, a Rússia criou o próprio sistema, assim como a China, país com que tem bom relacionamento, já tinha. Ainda dentro das sanções econômicas, a UE congelou cerca de 21,5 bilhões de euros de bens do Banco Central russo nos países do G7. Já no aspecto político, ocorreu também a expulsão da Rússia do G8, grupo dos 8 países mais industrializados do mundo, na tentativa de enfraquecer suas relações comerciais externas e o avanço industrial interno. Com isso, muitas empresas saíram do país, o que aumentou as taxas de desemprego<sup>189</sup>.

A UE também aplicou sanções como a proibição de trânsito internacional e o congelamento de bens de diversos representantes políticos como o Presidente Vladimir Putin e o Ministro Sergey Lavrov, e a membros do alto escalão militar e à propagandistas pró-Kremlin ou anti-Ucrânia por estarem relacionados com ações como os ataques com mísseis contra civis, a deportação de crianças ucranianas, e o recrutamento de mercenários sírios.<sup>190</sup>

#### 4.3. Da vida de Vladimir Putin

Dentre os casos mais emblemáticos de poder exercido por chefes de Estado mundialmente, tem-se a figura de Vladimir Putin, réu a ser

---

<sup>188</sup> EUROPEIA, Conselho da União. **Sanções da UE contra a Rússia.** Disponível em: Consilium Europa. Acesso em: 13 mar. 2024.

<sup>189</sup> BRASIL, Bbc News. **As novas sanções contra a Rússia — e como essa estratégia está afetando a economia do país.** Disponível em: BBC Brasil. Acesso em: 20 abr. 2024.

<sup>190</sup> EUROPEIA, Conselho da União. **Sanções da UE contra a Rússia explicadas.** Disponível em: Consilium Europa. Acesso em: 13 mar. 2024.

julgado no âmbito do Tribunal Penal Internacional. Sendo de vital importância a explanação total de sua persona, traz-se um panorama de sua vida pessoal, política e militar, visando melhor compreensão e aprofundamento nos aspectos menos afamados.

#### 4.3.1. Caminhos Políticos

Vladimir Vladimirovich Putin, nascido no Leningrado, União Soviética, é um político russo, frise-se, atual presidente, com mandatos desde 1999. Para compreender a ascensão de Putin e a expansão da sua influência para chegar à gerência do país Russo, é preciso analisar sua trajetória política e as nuances que o formaram.

O início da vida política aconteceu no cargo de vice-prefeito, em São Petersburgo, no ano de 1994<sup>191</sup>, onde desenvolveu diversos trabalhos relativos à administração municipal. E, ao aprimorar a sua capacidade de relacionamento pelos grandes nomes de alto escalão russo, tornou-se diretor do Serviço Federal de Segurança, órgão de inteligência - uma KBG com uma nova roupagem, a FSB<sup>192</sup>. Ao passar do tempo, devido a grande experiência nas agências de segurança e ao seleto leque de aliados feitos ao longo de sua trajetória, logrou êxito ao cargo de secretário do Conselho de Segurança Nacional, e, em 1999, tornou-se o primeiro-ministro do presidente Boris Yeltsin.<sup>193</sup>

Em 2000, houve a primeira vitória de Putin, em um país marcado por um período economicamente frágil, devido à queda da União Soviética e que sofria com a privatização em massa e a concentração de capital na

---

<sup>191</sup> INFOMONEY. **Vladimir Putin: conheça a trajetória política do presidente russo**. Disponível em: InfoMoney. Acesso em: 13 mar. 2024.

<sup>192</sup> *Ibidem*

<sup>193</sup> ROSENBERG, Steve. **O homem que ajudou Putin a chegar ao poder na Rússia há 20 anos**. Disponível em: BBC Brasil. Acesso em: 20 abr. 2024.

mão das oligarquias. Desde então, acumula mandatos devido ao marco em conseguir recuperar a economia russa após a recessão.<sup>194</sup>

A partir da primeira vitória eleitoral, a presença de Putin foi se expandindo durante a história do País Russo, pois desde 2000 até a atualidade, Putin comanda os rumos políticos e econômicos do país da antiga União Soviética. Há de se falar que seu antecessor foi o primeiro a ser eleito democraticamente após o fim da URSS, porém, Putin opta por não seguir a mesma tradição, pois o jogo político muda quando altera as normas constitucionais para que favoreça a continuidade de seu governo, isso porque, hoje, a constituição permite que o atual presidente governe o país por 24 anos ininterruptos.<sup>195</sup>

#### 4.3.2. Vida militar

Apesar de não ter tido uma formação técnica militar, Putin, após se graduar em Direito, em 1975, começa a ter contatos com uma organização paramilitar quando ingressa na KGB<sup>196</sup>, o serviço secreto da União Soviética. É neste momento que o futuro presidente começa a operar no serviço de inteligência e inicia a percepção das nuances políticas que cercam o seu país.

#### 4.3.3. Biografia

Putin nasceu em 7 de Outubro de 1952 e tem um berço operário, pois, na cidade do Leningrado - denominada Petersburgo –, a origem familiar humilde o acompanhou na trajetória de suas conquistas políticas. Seu pai, Vladimir Spiridonovich participou ativamente como soldado durante a

---

<sup>194</sup> *Ibidem*

<sup>195</sup> BRASIL, BBC News. **O plano de Putin para ficar até 2036 no comando da Rússia.** Disponível em: BBC Brasil. Acesso em: 13 mar. 2024.

<sup>196</sup> INFOMONEY. **Vladimir Putin: conheça a trajetória política do presidente russo.** Disponível em: InfoMoney. Acesso em: 13 mar. 2024.

Segunda Guerra Mundial, em defesa da antiga União Soviética<sup>197</sup> e sua mãe, Maria Ivanovna Shelomova, uma operária.

Putin é formado em Direito e as aspirações políticas já rodeavam o espaço acadêmico, pois, na sua graduação foi convidado a fazer parte do Partido Comunista da União Soviética.<sup>198</sup> Ainda assim, o atual presidente dispõe de um histórico de atleta, pois é faixa preta de esporte judô<sup>199</sup> e dedicou-se ao sambo, arte marcial criada e executada pelo Exército Vermelho Soviético.<sup>200</sup>

---

<sup>197</sup> *Ibidem*

<sup>198</sup> BRASIL, BBC News. **Vladimir Putin, o líder da Rússia mais longo desde Stalin que desafia o Ocidente.** Disponível em: BBC Brasil. Acesso em: 13 mar. 2024.

<sup>199</sup> ESPORTE, Globo. **Vladimir Putin é removido de cargo na Federação Internacional de Judô.** Disponível em: Globo Esporte. Acesso em: 13 mar. 2024.

<sup>200</sup> SAMBOBRASIL. **Sambo no Mundo.** Disponível em: Sambo Brasil. Acesso em: 13 mar. 2024.

## 5 CASO B: PROMOTORIA VS. OMAR AL-BASHIR

O segundo caso a ser analisado por este Tribunal Penal Internacional é o do ex-Presidente do Sudão Omar Al-Bashir, o qual permaneceu na chefia do Estado de 1989 a 2019, e também foi acusado da prática de crimes contra a humanidade. Desse modo, a fim de melhor entendimento do caso e maior verossimilhança da simulação da corte, faz-se necessário a exposição de alguns fatos determinantes.

### 5.1. Contexto regional e histórico do Sudão

O Sudão, ou República do Sudão, é um país africano que já foi considerado o maior do Continente, até o momento em que sua região Sul, hoje denominada Sudão do Sul, conquistou a sua independência, no ano de 2011<sup>201</sup>. Localizado na região da África Oriental e banhado pelas águas do Mar Vermelho, o seu território faz fronteira com a Etiópia e a Eritreia, a leste e sudeste, o Egito, ao norte, Líbia e Chade, a oeste, a República Centro-Africana, a sudoeste, e com o Sudão do Sul. Caracterizado por sua diversidade étnica, cultural e religiosa, o país possui uma área de aproximadamente 2,5 milhões de km<sup>2</sup>, com uma população de cerca de 40 milhões de habitantes.<sup>202</sup>

Predominantemente jovem, a sua demografia é resultado da expressiva taxa de natalidade, em conjunto com uma expansão pouco significativa da expectativa de vida, sendo esta decorrente, além de outros fatores que se apresentam como entraves ao desenvolvimento nacional, dos diversos conflitos que afligem a região e expõem o povo sudanês a condições de intensa instabilidade política.<sup>203</sup>

---

<sup>201</sup> EXTERIORES, Ministério das Relações. **Guia de Negócios Sudão**. Disponível em: Ministério das Relações Exteriores. Acesso em: 08 mar. 2024.

<sup>202</sup> GUSMÃO, Funag - Fundação Alexandre de. **O Livro na Rua: Sudão**. Brasília: Thesaurus, 2010.

<sup>203</sup> *Ibidem*.

Assim, apesar do país ter sido palco de importantíssimos reinos durante a Antiguidade, correspondente à antiga Núbia, que abrigava o célebre Reino de Kush, não mantém atualmente o mesmo status de riqueza e prosperidade, sendo marcada por um contexto de marginalização social vivido por uma parcela significativa de seu povo.<sup>204</sup>

Embora o país possua grandes centros urbanos, como as cidades de Omdurman e Cartum, a maior parte de sua população ainda se encontra concentrada nas áreas rurais. Cartum, a maior cidade do território, é a sua capital, representando o principal centro político, cultural e comercial sudanês.<sup>205</sup> Em relação à linguagem, estima-se que existam 114 línguas indígenas no país e mais de 500 dialetos<sup>206</sup>, apesar de dispor apenas do inglês e do árabe como línguas oficiais<sup>207</sup>.

A economia é predominantemente primária e tem como base a produção de gêneros agrícolas. Além do país possuir uma das posições geoestratégicas do continente, a proximidade com importantes cursos d'água como o Rio Nilo e a oferta de petróleo, sobretudo pós crise de 1973<sup>208</sup>, foram fatores imprescindíveis para o crescimento da sua relevância econômica no cenário internacional.

---

<sup>204</sup> GUSMÃO, Funag - Fundação Alexandre de. **O Livro na Rua: Sudão**. Brasília: Thesaurus, 2010.

<sup>205</sup> TRAVEL, Atlantic Connection. **Cartum**. Disponível em: Atlantic Connection Travel. Acesso em: 08 mar. 2024.

<sup>206</sup> HINES, S. **Quais Idiomas São Falados No Sudão? | 2024**. Disponível em: Ripley Believes. Acesso em: 08 mar. 2024.

<sup>207</sup> GUSMÃO, Funag - Fundação Alexandre de. **O Livro na Rua: Sudão**. Brasília: Thesaurus, 2010.

<sup>208</sup> A crise do petróleo de 1973 foi um marco significativo na história econômica global, que teve como epicentro os países do Oriente Médio, sendo desencadeada pela decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de restringir a produção e aumentar os preços do petróleo, como resposta ao apoio ocidental a Israel durante a Guerra do Yom Kippur, também conhecida como Guerra Árabe-israelense (6 de out. de 1973 – 25 de out. de 1973).

No século XX, a crise do petróleo foi responsável por provocar um choque nos mercados mundiais de energia, causando inflação, recessão e uma mudança profunda nas relações econômicas e geopolíticas entre os países produtores desse requisitado óleo mineral natural, tendo como epicentro as nações pertencentes ao Oriente Médio, e os consumidores, responsáveis por moldar, em prol dos próprios interesses, as suas políticas e estratégias de segurança por décadas.<sup>209</sup>

Durante o período de restrições dos países ocidentais quanto ao comércio de petróleo com os países árabes, destaca-se a atuação das grandes corporações asiáticas, da China e da Malásia, por exemplo, como fundamentais à conservação da relevância econômica dos Estados do Oriente Médio - condição que se estendia também para os países próximos nas esferas econômica, política e geográfica -, como no caso do próprio Sudão.<sup>210</sup>

No Sudão, a exploração de recursos minerais como um todo tem crescido significativamente, apesar do seu instável contexto político. O país é reconhecido internacionalmente por seus depósitos de minério de ferro, cobre, cromo, zinco e tungstênio.<sup>211</sup> Duramente atingido pelos conflitos civis e militares, que ocorreram de maneira mais intensificada após a sua independência e especialmente a partir do golpe militar de 1989<sup>212</sup>, a nação busca, sobretudo por meio de auxílio internacional, reestruturar a sua infraestrutura, que se encontra deficitária.

---

<sup>209</sup> UNILASALLE. A formação de professores para a educação básica e o Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID): articulações entre a universidade e a escola. Revista Faculdade La Salle, Canoas, v. 2, n. 2, p. 5-12, jul./dez. 2012. Disponível em: Unilasalle. Acesso em: 23 mar. 2024.

<sup>210</sup> *Ibidem*.

<sup>211</sup> EXTERIORES, Ministério das Relações. **Guia de Negócios Sudão**. Disponível em: Ministério das Relações Exteriores. Acesso em: 08 mar. 2024.

<sup>212</sup> MELLO, Catedra Sérgio Vieira de. **Golpe no Sudão marca novo capítulo de instabilidades**. Disponível em: Catedra Sérgio Vieira de Mello. Acesso em: 08 mar. 2024.

Nas áreas urbanas do país, como na capital Cartum, nota-se um desenvolvimento significativo, com extensas redes de estradas, pontes e transporte público eficiente. Apesar disso, o Sudão continua tendo que enfrentar desafios estruturais, principalmente em se tratando de oferta de serviços básicos à população, relacionados, por exemplo, ao fornecimento de água potável, eletricidade e assistência médica — garantias fundamentais as quais o povo sudanês em sua maioria ainda não possui acesso de forma digna, o que se agrava ainda mais nas regiões rurais.<sup>213</sup>

O país atualmente ocupa o ranking de 172º maior índice de desenvolvimento humano (IDH) do planeta, equivalente ao valor de 0,507, posicionando-o em uma categoria de desenvolvimento humano baixo<sup>214</sup>. Além da instabilidade política e a evidente desigualdade regional, reforçada pelos conflitos armados que resultaram nos deslocamentos em massa da população; e os impactos ambientais, incluindo secas, inundações e o fenômeno da desertificação, ao afetar a produtividade agrícola, a segurança alimentar e o acesso a recursos naturais, também contribuíram para a frágil situação socioeconômica atual do Sudão.<sup>215</sup>

A questão do deslocamento da população se encontra intrinsecamente atrelada a esse contexto de instabilidade. Com uma estimativa de mais

---

<sup>213</sup> OLIVEIRA, Lucas Kerr; SILVA, Igor Castellano. Sudão do Sul: novo país, enormes desafios. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, [S. l.], v. 12, n. 128, p. 24–33, 2017. Disponível em: Periódicos UNB. Acesso em: 23 mar. 2024.

<sup>214</sup> COUNTRYECONOMIC. **Sudão - Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: Country Economic. Acesso em: 08 mar. 2024.

<sup>215</sup> ONU NEWS. **Mais de metade da população do Sudão do Sul em risco de insegurança alimentar**. Disponível em: ONU News. Acesso em: 21 abr. 2024.

de 4 milhões de pessoas deslocadas forçadamente<sup>216</sup>, devido à existência de conflitos étnicos e políticos, notadamente nas regiões de Darfur<sup>217</sup>, a presença de grupos armados e milícias em múltiplas localidades do país, disputas territoriais entre grupos, a ausência de acesso a recursos vitais e serviços básicos, aliada à pobreza endêmica e à disparidade social, são fatores que desencadeiam o fenômeno da mobilidade das populações em busca de melhores condições de subsistência e de proteção contra a violência.

Desde o século VII d.C., momento em que o islamismo chegou ao "Reino Negro Napata"<sup>218</sup> pelo Egito e teve início a influência da cultura egípcia na região – apesar de declaradamente ter ocorrido somente em 1821<sup>219</sup> –, diversos grupos, ao longo do tempo, foram sendo sistematicamente subalternizados das esferas econômica, política, social e cultural do país.

Nesse sentido, ressalta-se a segregação dos grupos de origem étnica africana - tendência que foi acentuada durante o período colonial anglo-egípcio, isto é, em parceria com a coroa britânica, a qual perdurou de 1898 a 1956, caracterizado por políticas administrativas distintas aplicadas ao norte-americana e ao sul do país.<sup>220</sup>

Enquanto ao norte foi estabelecida uma administração civil, substituindo governadores militares por agentes britânicos, ao sul foi adotado um

---

<sup>216</sup> REFUGIADOS, Agência da ONU Para. **Condições de saúde pioram após deslocamentos causados pelo conflito no Sudão ultrapassarem 4 milhões.** Disponível em: ACNUR. Acesso em: 08 mar. 2024.

<sup>217</sup> WEBEDITPT. **Darfur: duas décadas de sofrimento.** Disponível em: UNRIC. Acesso: 08 mar. 2024.

<sup>218</sup> Nomenclatura inicialmente utilizada para fazer referência à região correspondente ao atual Sudão.

<sup>219</sup> MELLO, Catedra Sérgio Vieira de. **Golpe no Sudão marca novo capítulo de instabilidades.** Disponível em: Catedra Sérgio Vieira de Mello. Acesso em: 08 mar. 2024.

<sup>220</sup> *Ibidem.*

modelo de administração centralizada nativa, visando separar grupos étnicos para evitar conflitos e exercer controle sobre a população. Em 1930, essa abordagem foi substituída pela denominada "política sulista", a qual destinava-se a desenvolver estruturas políticas e sociais de acordo com padrões identitários africanos em oposição aos costumes árabes do norte.<sup>221</sup>

As práticas administrativas coloniais divergentes nas duas regiões criaram uma base para uma forma de autogoverno no sul. Contudo, na prática, intensificou-se o sentimento de negligência por parte do poder colonial britânico em relação ao território, gerando tensões fortíssimas com a população local. Tal situação se agrava pela adoção de políticas que abrangem a promoção da religião islâmica e da cultura árabe, que estão mais associadas à região norte do país, enquanto o Sul é predominantemente cristão e animista. Além disso, incluem a adoção de uma constituição influenciada pela lei islâmica e restrições à distribuição de alimentos na região sul, durante os conflitos em curso, aumentando a insatisfação popular.<sup>222</sup>

Em 1948, as eleições parlamentares foram instituídas pela elaboração de uma Constituição e seguidas imediatamente por disputas internas entre grupos ligados aos egípcios e outros influenciados pelos britânicos. Nesse contexto, após a criação de uma assembleia legislativa local, sob influência do governador-geral britânico, a divisão entre os sudaneses foi entre o Partido Umma, antiegípcio e a favor da Inglaterra, e o Ashikka, que defendia a unidade dos países localizados no vale do Nilo.<sup>223</sup>

---

<sup>221</sup> *Ibidem.*

<sup>222</sup> *Ibidem.*

<sup>223</sup> DEMOCRACIA, Memorial da. **Sudão**. Disponível em: Memorial da Democracia. Acesso em: 10 mar. 2024.

Todavia, somente em 1956, o Sudão conquistou a sua independência dos dois países, tornando-se o maior país africano em extensão territorial<sup>224</sup>. Marcando o fim do domínio colonial anglo-egípcio e o início de uma era de autodeterminação nacional, esse evento histórico foi alcançado após um período de agitação política e movimentos nacionalistas, nos quais líderes sudaneses buscaram emancipar o país do controle estrangeiro e estabelecer uma nação soberana.

Nesse sentido, a independência do país foi recebida com grande expectativa pela população do Sudão, que viu nela a oportunidade de determinar seu próprio curso e dar forma ao futuro da nação de acordo com suas aspirações e valores. Apesar de ter sido caracterizado por uma série de desafios, incluindo a necessidade de consolidar a unidade nacional em um país diversificado em termos étnicos, culturais e linguísticos, a partir desse momento histórico, o Sudão torna-se inclinado a aprimorar o ambiente de relações internacionais e a gestão dos recursos públicos, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento interno.<sup>225</sup>

Contudo, nesse período pós independência, com a permanência das intensas desigualdades entre os dois territórios, Norte e Sul, e a desproporcionalidade na concentração do poder, que se encontrava fortalecido predominantemente na região Norte do país, a expectativa de paz interna, bem como da sua ascensão no cenário internacional, declinava pela continuidade dos conflitos armados, tendo o território sudanês sido palco, ainda em 1956, de uma guerra civil.<sup>226</sup>

---

<sup>224</sup> *Ibidem*.

<sup>225</sup> G1. **Entenda os fatores envolvidos na independência do Sudão do Sul**. Disponível em: G1. Acesso em: 20 abr. 2024.

<sup>226</sup> MELLO, Catedra Sérgio Vieira de. **Golpe no Sudão marca novo capítulo de instabilidades**. Disponível em: Catedra Sérgio Vieira de Mello. Acesso em: 08 mar. 2024.

Desse modo, a população permaneceu ainda por décadas vivenciando um contexto político de desequilíbrio e insegurança, situação que foi atenuada, ao menos parcialmente, no momento em que a porção Sul do país conquistou a sua independência<sup>227</sup>, tornando-se o Sudão do Sul, o mais novo país do mundo, possuindo, enfim, a sua emancipação, soberania e autonomia político-administrativa.

## 5.2. Da vida de Omar Al-Bashir

Dentre os casos mais emblemáticos de poder exercido por chefes de Estado mundialmente, tem-se a figura de Omar Al-Bashir, réu a ser julgado no âmbito do Tribunal Penal Internacional. Sendo de vital importância a explanação total de sua persona, traz-se um panorama de sua vida pessoal, política e militar, visando melhor compreensão e aprofundamento nos aspectos menos afamados.

### 5.2.1. Breve biografia

Omar Hassan Ahmad Al-Bashir nasceu em 7 de janeiro de 1944, na cidade de Hosh Bannaga, localizada na margem leste do rio Nilo. Mudando-se posteriormente para Cartum, capital do país, juntamente com a sua família, Bashir conseguiu se desenvolver na educação secundária de forma plena. Assim, não apenas se formou civilmente no nível médio de ensino, como também prosseguiu sua vida acadêmica voltando-se para uma universidade militar na cidade de Cairo, no Egito.

228

---

<sup>227</sup> BRASIL, BBC News. **Sudão do Sul se torna o mais novo país do mundo**. Disponível em: BBC Brasil. Acesso em: 12 mar. 2024.

<sup>228</sup> INGHAM, Kenneth. "**Omar al-Bashir**". Encyclopedia Britannica. Disponível em: Britannica. Acesso em 29 fev. 2024.

## 5.2.2. Vida militar

Dando continuidade ao caminho vocacional escolhido no seu ensino superior, Omar Al-Bashir desenvolveu a sua carreira militar. Como integrante do exército egípcio lutou na Guerra do Yom Kippur, em 1973, onde se ensejava a resolução de tensões territoriais.<sup>229</sup>

De forma resumida, entende-se que a Guerra do Yom Kippur foi um conflito armado ocorrido entre os meses de outubro e novembro de 1973, em que tinha-se como países envolvidos a Síria, a Jordânia, as nações egípcias e Israel. Nessa ocasião, destaca-se como tensão central a disputa territorial existente entre os Estados envolvidos, já residualmente vinda da Guerra dos Seis Dias entre os mesmos países, quais sejam: Síria, Israel, Jordânia e Palestina.

A entrada do Egito na Guerra dos Seis Dias aconteceu posteriormente, para intimidar o Estado Israelense que se sobressaía. Nesse sentido, é possível pontuar que o conflito aqui narrado resultou em grandes marcos, dentre eles a tomada de territórios egípcios e dos demais países contrários à Israel, como o Canal de Suez e as planícies de Golan.<sup>230</sup>

Logo em seguida, teve início de fato a Guerra do Yom Kippur, na qual o Egito e as nações árabes buscavam a retomada dos territórios perdidos anteriormente. Entende-se assim, que como figura participativa do corpo militar do exército egípcio, Al-Bashir presenciou momentos decisivos da história do Oriente Médio. Desde a derrota egípcia na Guerra dos Seis Dias, até a Guerra de Yom Kippur de fato desencadear.

---

<sup>229</sup> *Ibidem.*

<sup>230</sup> STANSFIELD, Gareth. “Israeli-Egyptian (in)security: the Yom Kippur War”. In. SMITH, Steve, HADFIELD, Amelia & DUNNE, Tim. **Foreign Policy: Theories, Actors, Cases**. Oxford University Press, 3rd Edition, p. 286-299.

Após a sequência de atos militares supracitados, em específico na metade dos anos 1980, Al-Bashir retorna ao seu país de origem e segue sua carreira como integrante do exército sudanês. A ascensão militar de Omar foi notória, vindo a tornar-se general e somente se aposentando das forças armadas em 2010.<sup>231</sup>

### 5.2.3. Caminhos políticos

Apesar de ser uma entidade militar, o exército sudanês iniciou um caminho permeado pelo politicismo, e não obstante Al-Bashir se envolveu nesse setor. Sua carreira política é vasta, mas possui como marco inicial a sua participação efetiva no grupo denominado Conselho do Comando Revolucionário para Salvação Nacional (RCC), constituído pelo próprio exército do Sudão.<sup>232</sup>

Em meio à sua participação política ativa, Al-Bashir foi apontado como presidente do Sudão em outubro de 1993, não sendo mais vinculado ao Conselho Revolucionário. As eleições presidenciais em si ocorreram em 1996, confirmando a presidência do então selecionado, bem como elegendo com unanimidade o presidente da Assembleia Nacional e Ministro das Relações Exteriores Hassan al-Turabi.<sup>233</sup>

Em junho de 1998, Al-Bashir assinou uma nova constituição para o Sudão, na qual foram retiradas as restrições para partidos políticos. Nesse contexto, tem-se que as relações políticas se intensificaram. Entretanto, no mesmo ano, se desenvolveu uma possível governança contrária, liderada por Turabi. Entre dezembro de 1999 e março de

---

<sup>231</sup> *Ibidem.*

<sup>232</sup> METZ, H. C., Library Of Congress. Federal Research Division & Thomas Leiper Kane Collection. (1992) Sudan: A Country Study. Washington, D.C. Federal Research Division, Library of Congress. Disponível em: Library of Congress. Acesso em 29 de fev. 2024.

<sup>233</sup> INGHAM, Kenneth. "**Omar al-Bashir**". Encyclopedia Britannica. Disponível em: Britannica. Acesso em 29 fev. 2024.

2000, o país entrou em estado de emergência, tendo a Constituição sido suspensa e o exército enviado ao parlamento, nesse momento, Turabi foi removido do Governo. Em dezembro de 2000, Bashir foi reeleito.<sup>234</sup>

Conforme mencionado anteriormente, apesar da concomitante posição militar até então, Al-Bashir se aposentou do exército sudanês em 2010 e intensificou sua carreira política, uma vez que se aproximavam as eleições para o Partido do Congresso Nacional (NCP), bem como para a presidência do país. Nesse sentido, Bashir foi reeleito em abril de 2010, com 68% de aprovação.

Em 2011, foram iniciadas mobilizações no sentido de separar o Sudão e o Sudão do Sul, ocorrendo oficialmente a segregação territorial e política em julho do ano mencionado. Contudo, dentre as muitas características inerentes a este processo, Al-Bashir foi severamente afetado pela baixa na economia do país, devido à perda de campos de óleo presentes no sul e à insurgência de grupos rebeldes.<sup>235</sup>

A sequência final de atos presidenciais de Al-Bashir se deu com duas vertentes, houve inicialmente sua reeleição em 2015, permeada por oposição, como também houve sua recaída a partir de 2018. No mês de abril de 2015 o NCP apresentou Bashir como candidato presidencial de sua escolha, vindo este a ser reeleito para o cargo entre uma dúzia de candidatos.

Por outro lado, a decadência econômica do país, a redução de insumos e a baixa das condições viabilizaram uma enorme marcha anti-governamental. Os protestos iniciaram em dezembro de 2018, mas Al-Bashir negava sua retirada do poder, exigindo a votação para tanto.

---

<sup>234</sup> ECONOMIST, The. **Sudan: Palace Coup, edição de 19/12, 1999**. Disponível em: Economist. Acesso em: 02 de mar. 2024.

<sup>235</sup> INGHAM, Kenneth. **"Omar al-Bashir"**. Encyclopedia Britannica. Disponível em: Britannica. Acesso em 29 de fev. 2024.

Desse modo, em fevereiro de 2019 foi declarado estado de emergência mais uma vez, ocorrendo uma dissolução estatal severa e contínua solicitação de mudança de governo.<sup>236</sup>

O cenário agravou-se continuamente e, em abril de 2019, os manifestantes dirigiram-se a Cartum para demonstrar incisivamente sua indignação. Bashir foi removido do seu cargo e preso.<sup>237</sup>

### 5.3. Da guerra civil sudanesa

A fim de que seja possível uma melhor compreensão da figura de Omar Al-Bashir, assim como do contexto social e político no qual o presidente é introduzido na história sudanesa, é necessário compreender a situação vivida pelo Sudão antes e durante seu governo. Dessa forma, abordar alguns conflitos anteriores à posse de Al-Bashir torna-se imprescindível.

A Primeira Guerra Civil Sudanesa foi um conflito que eclodiu durante a conquista da independência do país em relação ao domínio anglo-egípcio, ocorrida entre 1955 e 1972. Nascida do temor sulista da dominação pelo norte e o anseio por uma maior participação política, a guerra travada entre a insurgência do sul e Cartum (capital sudanesa) alastrou-se até 1969, ocasionando a morte de aproximadamente 500 mil pessoas.<sup>238</sup>

No fim da década de 1960, um golpe militar levou Jaafar al-Nimeiri (1969-1985) ao poder, um coronel que desejava acabar com a guerra. Naquela época, a maior parte do território do atual Sudão do Sul estava sob controle dos sul-sudaneses. Dessa forma, em 1972 foi assinado um

---

<sup>236</sup> *Ibidem*.

<sup>237</sup> G1. **Presidente do Sudão é deposto e conselho militar vai assumir comando do país**. 2019. Disponível em: G1. Acesso em: 02 mar. 2024.

<sup>238</sup> BRASIL, Senado Federal. **Pesquisa nos Livros de Anais**. Sítio Eletrônico, 2024. Disponível em: Senado Federal. Acesso em: 03 mar. 2024.

acordo de paz, concedendo maior grau de autonomia ao sul, incorporando indivíduos da região ao sistema político e ao exército sudanês.<sup>239</sup>

Ao longo de seu governo, Jaafar al-Nimeiri tentou preservar a paz e evitar que ressentimentos advindos do norte revivessem o conflito, pois o acordo havia sido interpretado como rendição pela região. Contudo, na década de 1980, o coronel, sob pressão, redividiu o sul em três províncias, decisão que visava facilitar a exploração de petróleo e, supostamente, enfraquecer a liderança da região.<sup>240</sup>

As tensões geradas nesse período resultaram na retomada do conflito, iniciando-se então, em 1983, a Segunda Guerra Civil Sudanesa. O conflito foi revivido pelo Exército Popular de Liberação do Sudão e seu aliado político, Movimento Popular de Liberação do Sudão (*Sudan People's Liberation Movement/Army - SPLM/A*), criado para lutar contra a exclusão sul-sudanesa da política e dos processos de desenvolvimento econômico. Contudo, a exclusão não foi reparada ao longo de todo o período de paz, o que gerou ainda mais ressentimento.<sup>241</sup>

Os conflitos internos e a preocupante situação econômica resultaram no golpe militar de 1985. Dessa forma, Sadiq Al-Mahdi tomou o poder no Sudão. Durante seu governo, o SPLM/A dominou grande parte do sul do Sudão, uma vez que o exército se enfraqueceu. O movimento chegou até em algumas regiões do norte, onde alguns permanecem e alegam

---

<sup>239</sup> BRASIL, Senado Federal. **Pesquisa nos Livros de Anais**. Sítio Eletrônico, 2024. Disponível em: Senado Federal. Acesso em: 03 mar. 2024

<sup>240</sup> *Ibidem*.

<sup>241</sup> BRASIL, Senado Federal. **Pesquisa nos Livros de Anais**. Sítio Eletrônico, 2024. Disponível em: Senado Federal. Acesso em: 03 mar. 2024

não manter envolvimento com o movimento sul-sudanês, denominando-se SPLM-facção norte.<sup>242</sup>

É no contexto de guerra civil que o general Omar Hassan Ahmed Al-Bashir assume o poder, depondo Sadiq Al-Mahdi.<sup>243</sup> Omar Al-Bashir, da Frente Nacional Islâmica (NIF), promoveu amplas reformas ao sistema judiciário sudanês, transformando-o em um islamismo político. Além disso, a Constituição foi suspensa e os partidos políticos foram depostos, com exceção da NIF. Mediante a isso, nos anos em que a NIF esteve no poder a influência do fundamentalismo cresceu e foi considerado o período de maior radicalismo islâmico.<sup>244</sup>

Após a posse de Al-Bashir, os desentendimentos advindos do norte praticamente se extinguiram. Já em relação ao sul, o governo controlou o território tomado pela insurgência com uma série de ataques. Porém, as ofensivas realizadas não foram eficazes, de maneira que o SPLM/A, juntamente com outros grupos separatistas, conquistaram novamente os territórios perdidos no conflito. Dessa forma, a resistência sul-sudanesa tornou-se uma ameaça séria à Cartum.<sup>245</sup>

Em 1996, uma nova Constituição foi elaborada e eleições foram realizadas, vencidas por Omar Al-Bashir. No ano seguinte, conversações de paz com o SPLM/A e outros grupos de resistência ocorreram. Contudo, as desavenças abrangiam desde questões étnicas e religiosas, até a questão do petróleo, dificultando a conciliação de interesses.<sup>246</sup>

---

<sup>242</sup> *Ibidem.*

<sup>243</sup> Omar Bashir: quem é o líder acusado de genocídio que o Sudão vai entregar à Justiça internacional. BBC News, 2020. Disponível em: BBC Brasil. Acesso em: 03 mar. 2024.

<sup>244</sup> BRASIL, Senado Federal. **Pesquisa nos Livros de Anais**. Sítio Eletrônico, 2024. Disponível em: Senado Federal. Acesso em: 03 mar. 2024

<sup>245</sup> *Ibidem.*

<sup>246</sup> *Ibidem.*

Já em 1998, a nova Constituição entrou em vigor, com separação de poderes e garantias de liberdade religiosa e de associação. Além disso, a Frente Nacional Islâmica tornou-se o Partido do Congresso Nacional (NCP), o que suavizou muitas políticas, apesar de manter a estrutura centralizada do Estado. Porém, no ano seguinte, um conflito interno no NCP causou a dissolução do parlamento, suspensão de direitos constitucionais e levou Al-Bashir a declarar estado de emergência.<sup>247</sup>

As eleições gerais foram realizadas novamente em 2000, reelegendo Al-Bashir por mais cinco anos. Já o NCP manteve cargos influentes em todas as áreas, assim como a maioria dos assentos parlamentares. Dessa forma, a influência e controle de Al-Bashir no território mantiveram-se resguardadas.<sup>248</sup>

Após certo tempo, teve início um processo para a pacificação no Sudão, com o apoio de outros países, como Estados Unidos, Noruega e Reino Unido. Em 2005, assinou-se o Acordo de Paz Abrangente (AAP) entre o governo e o SPLM/A. Esse acordo abarcava pautas de interesse sul-sudanês, como o petróleo, organização de referendo sobre o status da região sul e a região fronteiriça de Abyei. Além disso, o AAP previa o esforço das partes a fim de que os sudaneses optassem pela unidade do território. Dessa forma, a Segunda Guerra Civil Sudanesa, iniciada em 1983, tem seu fim em 2005.<sup>249</sup>

No entanto, durante o período de negociações do AAP, enquanto Cartum não contava com recursos militares para defender-se, outro conflito teve seu início. Em 2003, o Movimento de Libertação do Sudão (SLM) e o Movimento Justiça e Igualdade (JEM), motivados pela seca e

---

<sup>247</sup> *Ibidem.*

<sup>248</sup> *Ibidem.*

<sup>249</sup> BRASIL, Senado Federal. **Pesquisa nos Livros de Anais**. Sítio Eletrônico, 2024. Disponível em: Senado Federal. Acesso em: 03 mar. 2024

negligência do governo em Darfur, passaram a rebelar-se. Os movimentos foram combatidos pela Janjaweed, milícias árabes aliadas, assim como tropas do governo.<sup>250</sup>

Em 2009, iniciaram-se negociações para o Documento de Doha para Paz em Darfur (DDPD), o qual foi aceito em 2011 por diversos grupos rebeldes. O acordo previa medidas como a criação de um conselho para facilitar a comunicação das necessidades de Darfur para o governo, a nomeação de um darfurniano como segundo vice-presidente e uma previsão orçamentária para o apoio do processo de paz. Contudo, o JEM não aderiu ao acordo inicialmente, o que alastrou o conflito até 2013, quando finalmente ocorreu o cessar-fogo.<sup>251</sup> Dessa forma, estima-se que durante os anos de conflito cerca de 300 mil pessoas perderam a vida, enquanto 2,5 milhões foram obrigadas a abandonar suas casas.<sup>252</sup>

Em 2005, a Promotoria do Tribunal Penal Internacional (TPI) iniciou as investigações sobre a situação em Darfur, solicitando, em 2008, a expedição de mandado de prisão contra o líder. Após o conflito, Al-Bashir foi acusado de genocídio, crimes contra humanidade e crimes de guerra pelo TPI, o qual expediu outro mandado. Contudo, o apoio sudanês ao presidente dificultou imensamente o processo. Além disso, Al Bashir negou ter prestado qualquer apoio a Janjaweed ou a matança.<sup>253</sup>

Em janeiro de 2011, foi realizado um referendo sobre o status do sul do Sudão, como previsto na AAP. Nesse momento, a maioria dos sul-

---

<sup>250</sup> *Ibidem.*

<sup>251</sup> *Ibidem.*

<sup>252</sup> BRASIL, BBC News. **Omar Bashir: quem é o líder acusado de genocídio que o Sudão vai entregar à Justiça internacional.** Disponível em: BBC Brasil. Acesso em: 03 mar. 2024.

<sup>253</sup> *Ibidem.*

sudaneses demonstraram seu interesse de separação do norte, o qual foi atendido por Al-Bashir. Em julho, foi promulgada a independência do Sudão do Sul.<sup>254</sup>

Posteriormente, Al-Bashir promoveu uma reforma ministerial, assim como uma maior propensão ao diálogo no regime. Dessa forma, foi anunciado anistia a todos os presos políticos e um convite a todas as frentes políticas, visando um entendimento para as próximas eleições e uma nova Constituição. Contudo, a oposição, ainda conflituosa internamente, não conseguiu expressar seus anseios efetivamente. Diante disso, o debate foi intenso, levando Al-Bashir a atuar como mediador.<sup>255</sup>

Alguns anos depois, diversas manifestações surgem contra a escassez de alimentos e combustíveis. Ademais, surtos de cólera pelo país e grande fluxo de refugiados também atingiam a população. Entretanto, as manifestações dos habitantes foram, novamente, reprimidas pelo governo.<sup>256</sup>

Em 2019, Omar Al-Bashir é deposto. O presidente sofreu um golpe dos militares, acusado de autoritarismo. Líderes militares e civis compuseram um governo transitório após a queda de Al-Bashir, porém, conflitos surgiram entre os dois grupos, dificultando esse processo.<sup>257</sup>

Já em 2021, o governo do Sudão concordou em entregar o ex-presidente ao TPI, além de outros ex-dirigentes, como um de seus

---

<sup>254</sup> BRASIL, Senado Federal. **Pesquisa nos Livros de Anais**. Sítio Eletrônico, 2024. Disponível em: Senado Federal. Acesso em: 03 mar. 2024

<sup>255</sup> BRASIL, BBC News. **Omar Bashir: quem é o líder acusado de genocídio que o Sudão vai entregar à Justiça internacional**. Disponível em: BBC Brasil. Acesso em: 03 mar. 2024.

<sup>256</sup> *Ibidem*.

<sup>257</sup> Entenda o conflito do Sudão, onde dois generais lutam pelo controle do país. CNN Brasil, 2023. Disponível em: CNN Brasil. Acesso em: 03 mar. 2024.

aliados, Abdel Rahim Mohamed Hussein. Contudo, em 2023, Omar Al-Bashir foi transferido da prisão de Korber para um hospital militar, assim como pelo menos cinco de seus ex-oficiais. Com isso, Al Bashir está foragido e é procurado pelo TPI para o cumprimento de sua sentença.

258

---

<sup>258</sup> *Ibidem.*

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, conclui-se que a pretensão do presente Guia de Estudos reside em oportunizar, no decorrer da simulação, que os delegados desempenhem seus respectivos papéis de forma verossimilhante, atuando em conformidade com o posicionamento adotado pelo Tribunal Penal Internacional e descrito pelo Estatuto de Roma, perante o julgamento de supostas violações aos direitos humanos protegidos internacionalmente.

Sendo assim, como outrora mencionado, este mecanismo se apresenta como possibilitador de conhecimento aprofundado e específico à respeito do comitê a ser simulado, bem como os temas que lhe dizem respeito, não representando, porém, a totalidade das fontes de estudo. Recomenda-se, portanto, que a partir da leitura deste instrumento, os delegados busquem aprofundar-se ainda mais em suas pesquisas, ainda que norteadas por este Guia de Estudos, com o fim de proporcionar-lhes uma experiência fidedigna e verdadeiramente enriquecedora.

Isto posto, tais buscas serão essenciais para o desempenho das funções da Promotoria, que a partir da elaboração de Denúncia e subsequente apresentação de provas, buscará a condenação do Réus em ambos os casos; da Defesa, responsável por sustentar a inocência dos Réus, por meio da Resposta à Acusação e apresentação de Provas; e dos Juízes, que de forma fundamentada deverão emitir Sentença atinente a cada um dos casos simulados.

Dessa forma, o que se almeja é que a participação no Tribunal Penal Internacional a ser simulado na XXIII SOI seja frutífera, e impacte positivamente não apenas os indivíduos diretamente envolvidos nesta,

mas também a completude da Simulação de Organizações Internacionais.

## REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G.E do Nascimento e; CASELLA, Paulo. **Manual de Direito Internacional Público**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ACNUR. **Condições de saúde pioram após deslocamentos causados pelo conflito no Sudão ultrapassarem 4 milhões**. Disponível em: ACNUR. Acesso: 08 mar. 2024.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. São Paulo, Método, 2009.

ANDREYEV, Nikolay. **Ivan the Terrible**. Britannica. 20 de julho de 1998. Disponível em: Britannica. Acesso em: 7 de março de 2024.

BRASIL, BBC News. **Sudão do Sul se torna o mais novo país do mundo**. Disponível em: BBC Brasil. Acesso em: 12 mar. 2024.

BICHARA, Jahyr-Philippe; CARREAU, Dominique. **Direito Internacional**. Paris: A. Pedone, 2021.

BRASIL, BBC News. **Omar Bashir: quem é o líder acusado de genocídio que o Sudão vai entregar à Justiça internacional**. Disponível em: BBC Brasil. Acesso em: 03 mar. 2024.

BRASIL, BBC News. **O plano de Putin para ficar até 2036 no comando da Rússia**. Disponível em: BBC Brasil. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL, BBC News. **Vladimir Putin, o líder da Rússia mais longo desde Stalin que desafia o Ocidente.** Disponível em: BBC Brasil. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº 4388, 25 set. 2002. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.** Brasília. Disponível em: Decreto nº. 4388. Acesso em: 08 mar. 2024.

BRASIL, Senado Federal. **Pesquisa nos Livros de Anais.** Sítio Eletrônico, 2024. Disponível em: Senado Federal. Acesso em: 03 mar. 2024

BRIDJE, Instituto. **Conferências da Paz de Haia: entenda o que aconteceu!** 2021. Disponível em: Politize. Acesso em: 08 mar. 2024.

BRITANNICA. **Great Purge.** Disponível em: Britannica. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRITANNICA. **Kievan Rus.** Disponível em: Britannica. Acesso em: 13 mar. 2024.

BUSHKOVITCH, Paul. **História Concisa da Rússia.** 1º ed. São Paulo: EDIPRO, 2014.

BUMBIERIS, João Victor Scherrer. **A Guerra Russo Ucraniana e Seus Impactos para o Brasil.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2022.

CARTWRIGHT, Mark. **A Invasão Mongol da Europa**. World History Encyclopedia. 2 de outubro de 2019. Disponível em: World History. Acesso em: 13 de março de 2024.

CASTRO, Thamires Antunes e; SOARES, Flávia Salum Carneiro. **A criação do Tribunal Penal Internacional e suas contribuições para a justiça penal internacional**. Disponível em: Publica Direito. Acesso em: 13 mar. 2024.

CHERTOK, Boris Evseyevich. **Rockets and People: Volume III: Hot Days of the Cold War**. Washington, Dc: Asif Siddiqi, Series Editor, 2009.

CICV. **As Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais**. Disponível em: CICV. Acesso em: 10 mar. 2024.

CONQUEST Robert. *et al.* **Soviet Union**. Britannica. 26 de julho de 1999. Disponível em: Britannica. Acesso em: 9 de março de 2024.

CNN Brasil. **Entenda o conflito do Sudão, onde dois generais lutam pelo controle do país**. 2023. Disponível em: CNN Brasil. Acesso em: 03 mar. 2024.

COUNTRYECONOMY. **Sudão - Índice de Desenvolvimento Humano 2021**. Disponível em: Country Economic. Acesso: 08 mar. 2024.

DEMOCRACIA, Memorial da. **Sudão**. Disponível em: Memorial da Democracia. Acesso em: 10 mar. 2024.

ECONOMIST, The. **Sudan: Palace Coup, edição de 19/12, 1999.**

Disponível em: The Economist. Acesso em: 02 de mar. 2024.

ESPORTE, Globo. **Vladimir Putin é removido de cargo na Federação**

**Internacional de Judô.** Disponível em: Globo Esporte. Acesso em: 13

mar. 2024.

EUROPEIA, Conselho da União. **Sanções da UE contra a Rússia**

**explicadas.** Disponível em: Consilium Europa. Acesso em: 13 mar. 2024.

EXTERIORES, Ministério das Relações. **Guia de Negócios Sudão.**

Disponível em: Ministério das Relações Exteriores. Acesso em: 08 mar.

2024.

EXTERIORES, Ministério das Relações. **Tribunal Penal Internacional.**

2022. Disponível em: Ministério das Relações Exteriores. Acesso em: 13

mar. 2024.

FARIAS, Marina Cardoso. **A relação entre o Tribunal Penal**

**Internacional e o Conselho de Segurança da ONU: entre a teoria e a**  
**prática.** 2020. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito,

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: Acervo

Digital UFPR. Acesso em: 13 mar. 2024.

FEIJÓ, Aleksandro Rahbani Aragão; NEVES, Julianna Mendonça. **A**

**Influência do Conselho de Segurança da ONU nas Decisões do**

**Tribunal Penal Internacional:** casos do iraque e darfur. Casos do

Iraque e Darfur. Disponível em: Publica Direito. Acesso em: 20 abr. 2024.

FENNEL, John L. I. **Ivan III: Russian Prince**. Britannica. 20 de julho de 1998. Disponível em: Britannica. Acesso em: 7 de março de 2024.

FREEZE, Gregory L. **Russia: A History**. 2º ed. New York: Oxford University Press, 2002.

G1. **Presidente do Sudão é deposto e conselho militar vai assumir comando do país**. 2019. Disponível em: G1. Acesso em: 02 mar. 2024.

G1. **Entenda os fatores envolvidos na independência do Sudão do Sul**. Disponível em: G1. Acesso em: 20 abr. 2024.

GAMA, Marina Faraco Lacerda. **Responsabilidade internacional**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Internacional. Cláudio Finkelstein, Clarisse Laupman Ferraz Lima (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: Enciclopédia Jurídica da PUC-SP. Acesso em: 20 mar. 2024.

GILBERT, Martin. **A Segunda Guerra Mundial**. 1º ed. Portugal: Dom Quixote, 2009.

MELLO, Catedra Sérgio Vieira. **Golpe no Sudão marca novo capítulo de instabilidades | Cátedra Sérgio Vieira de Mello**. Disponível em: Cátedra Sérgio Vieira de Mello. Acesso em: 10 mar. 2024.

GRAZIOSI, Andrea. **The Soviet 1931-1933 Famines and the Ukrainian Holodomor: Is a New Interpretation Possible, and What Would Its Consequences Be?**. Harvard Ukrainian Studies, v. 27, n. 1/4, p. 97-115, 2004.

GUSMÃO, Funag - Fundação Alexandre de. **O Livro na Rua: Sudão**. Brasília: Thesaurus, 2010.

HINES, S. **Quais Idiomas São Falados No Sudão? | 2024**. Disponível em: Ripley Believes. Acesso em: 08 mar. 2024.

INGHAM, Kenneth. **"Omar al-Bashir"**. Encyclopedia Britannica. Disponível em: Britannica. Acesso em 29 fev. 2024.

INFOMONEY. **Vladimir Putin: conheça a trajetória política do presidente russo**. Disponível em: Infomoney. Acesso em: 13 mar. 2024.

INTERNACIONAL, Tribunal Penal. **In the Courtroom**. Disponível em: Tribunal Penal Internacional. Acesso em: 13 mar. 2024.

INTERNACIONAL, Tribunal Penal. **Judicial Divisions**. Disponível em: Tribunal Penal Internacional. Acesso em: 14 mar. 2024.

INTERNACIONAL, Tribunal Penal. **Presidency**. Disponível em: Tribunal Penal Internacional. Acesso em: 14 mar. 2024.

INTERNACIONAL, Tribunal Penal. **Registry**. Disponível em: Tribunal Penal Internacional. Acesso em: 13 mar. 2024.

INTERNACIONAL, Tribunal Penal. **Office of the Prosecutor**. Disponível em: Tribunal Penal Internacional. Acesso em: 13 mar. 2024.

KALB, Marvin. **Imperial Gamble: Putin, Ukraine and the New Cold War**. 1º ed. Washington: Brookings Institution, 2015.

KENEZ, Peter. **A History of the Soviet Union from the Beginning to the End**. 2º ed. London: Cambridge University Press, 2006.

MACEDO, Marcus Vinicius Aguiar. **Apostila Esquematizada Sobre o Processo Penal Internacional - TPI**. Disponível em: UFRGS. Acesso em: 16 mar. 2024.

MANÁEV, Gueórgui. **Como o Império Russo foi formado**. 13 de outubro de 2020. Disponível em: Russia Beyond Brasil. Acesso em: 8 de março de 2024.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Direitos Humanos, Cidadania e Educação. **Uma nova concepção introduzida pela Constituição Federal de 1988**. Disponível em: Ministério Público de São Paulo. Acesso em: 08 mar. 2024.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. O Tribunal Penal Internacional: integração ao direito brasileiro e a sua importância para a justiça penal internacional. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 164, n. 41, p. 157-178, out/dez 2004. Disponível em: Senado Federal. Acesso em: 08 mar. 2024.

MELLO, Catedra Sérgio Vieira de. **Golpe no Sudão marca novo capítulo de instabilidades**. Disponível em: Catedra Sérgio Vieira de Mello. Acesso em: 08 mar. 2024.

METZ, H. C., Library Of Congress. Federal Research Division & Thomas Leiper Kane Collection. (1992) Sudan: A Country Study. Washington, D.C. Federal Research Division, Library of Congress. Disponível em: Library of Congress. Acesso em 29 de fev. 2024.

MILHAZES, José. **A Mais Breve História da Rússia – Dos Eslavos a Putin**. 1º ed. Coimbra: Duarte Bárbara, 2021.

OLIVEIRA, Lucas Kerr; SILVA, Igor Castellano. Sudão do Sul: novo país, enormes desafios. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, [S. l.], v. 12, n. 128, p. 24–33, 2017. Disponível em: Periódicos UNB. Acesso em: 23 mar. 2024.

ONU. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: Carta das Nações Unidas. Acesso em: 08 mar. 2024.

ONU. **The ICTR in Brief**. Disponível em: Tribunal Penal Internacional para o Ruanda. Acesso em: 10 mar. 2024.

ONU. **Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia**. Disponível em: Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia. Acesso em: 08 mar. 2024.

ONU NEWS. **Mais de metade da população do Sudão do Sul em risco de insegurança alimentar**. Disponível em: ONU News. Acesso em: 21 abr. 2024.

PIOVESAN, Flavia; IKAWA, Daniela Ribeiro. **O Tribunal Penal Internacional e o Direito Brasileiro**. Disponível em: Corte IDH. Acesso em: 20 abr. 2024.

PERRIE, Maureen. **Russia (vol. 1) – From Early Rus To 1689**. 1º ed. New York: Cambridge University Press, 2006.

PLOKHY, Serhii. **The Origins of The Slavic Nations – Premodern Identities in Russia, Ukraine, and Belarus**. 1º ed. New York: Cambridge University Press, 2006.

RAY, Michael. **The reign of Peter the Great**. Britannica. 30 de agosto de 1998. Disponível em: Britannica. Acesso em: 7 de março de 2024.

ROSENBERG, Steve. **O homem que ajudou Putin a chegar ao poder na Rússia há 20 anos**. Disponível em: BBC Brasil. Acesso em: 20 abr. 2024.

ROSSETTI, Victor. **Tribunal Penal Internacional: o que é e como atua?** Disponível em: Politize. Acesso em: 15 mar. 2024.

SAMBOBRASIL. **Sambo no Mundo**. Disponível em: Sambo Brasil. Acesso em: 13 mar. 2024.

SAWKA, Richard. **The Rise and Fall of the Soviet Union - 1917-1991**. 1º ed. London: Taylor & Francis e-Library, 2005.

STANSFIELD, Gareth. “**Israeli-Egyptian (in)security: the Yom Kippur War**”. In. SMITH, Steve, HADFIELD, Amelia & DUNNE, Tim. **Foreign Policy: Theories, Actors, Cases**. Oxford University Press, 3rd Edition, p. 286-299.

STEINER, Sylvia Helena. **Tribunal Penal Internacional**. 2022. Disponível em: Enciclopédia Jurídica da PUC/SP. Acesso em: 13 mar. 2024.

SUBTELNY, Orest. **Ukraine: A History**. 4º ed. Canada: University of Toronto Incorporated, 2009.

TIKKANEN, Amy. et al. **Boris Yeltsin**. Britannica. 26 de julho de 1999. Disponível em: Britannica. Acesso em: 9 de março de 2024.

TREPANIER, Lee. **The Russian Empire (1721-1917)**. 27 de fevereiro de 2017. Disponível em: Voegelin View. Acesso em: 8 de março de 2024.

UNILASALLE. **A formação de professores para a educação básica e o Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID): articulações entre a universidade e a escola.** Revista Faculdade La Salle, Canoas, v. 2, n. 2, p. 5-12, jul./dez. 2012. Disponível em: Unilasalle. Acesso em: 23 mar. 2024.

WEBEDITPT. **Darfur: duas décadas de sofrimento.** Disponível em: UNRIC. Acesso: 08 mar. 2024.

YEROFEYEV, Ivan Alekseyevich. **Ukranie.** Britannica. 26 de julho de 1999. Disponível em: Britannica. Acesso em: 13 de março de 2024.